

MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS

CHARLES PENNAFORTE

Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais

Uma perspectiva teórica para
compreender o sistema-mundo



Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*

Vice-Reitor: *Luis Isaías Centeno do Amaral*

Chefe de Gabinete: *Paula Lemões Haertel*

Pró-Reitora de Ensino: *Maria de Fátima Cósio*

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelin*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Mário Renato de Azevedo Jr.*

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR)* e *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Eder João Lenardão (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR)* e *Francieli Moro Stefanello*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Fernanda Capella Rugno (TITULAR)* e *Anelise Levay Murari*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR)*, *Eduardo Grala da Cunha* e *Maria da Graças Pinto de Britto*

Representante da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennafort* (TITULAR), *Lucia Maria Vaz Peres* e *Pedro Gilberto da Silva Leite Junior*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR)*, *Chris de Azevedo Ramil* e *João Fernando Igansi Nunes*

CHARLES PENNAFORTE

Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais

Uma perspectiva teórica para
compreender o sistema-mundo



PELOTAS
2020



**Editora
UFPel**

Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

Chefia

Ana da Rosa Bandeira
Editora-Chefe

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Administrativo

Seção de Produção

Suelen Aires Böettge
Administrativo
Anelise Heidrich
Revisão
Franciane Medeiros (Bolsista)
Design Editorial

Seção de Pós-Produção

Morgana Riva
Assessoria
Madelon Schimmelpfennig Lopes
Eliana Peter Braz
Administrativo

Revisão Técnica

Ana da Rosa Bandeira

Revisão Ortográfica

Anelise Heidrich

Projeto Gráfico & Capa

Franciane Medeiros

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

Simone Godinho Maisonave – CRB-10/1733

P412m Pennaforte, Charles

Movimentos antissistêmicos e relações internacionais
[recurso eletrônico] : uma perspectiva teórica para
compreender o sistema-mundo. / Charles Pennaforte. –
Pelotas: Ed. UFPel, 2020.
110 p.

Ebook – PDF ; 1,69MB
ISBN: 978-65-86440-30-0

1. Relações internacionais 2. História social 3.
Sistemas sociais 4. Sistema-Mundo 5. Movimentos
antissistêmicos I. Título

CDD 327

**À Samanta, meu amor eterno;
aos latino-americanos que lutam
contra o legado colonial.**

Sumário

7	Prefácio
10	Introdução
14	1. Compreendendo o atual cenário mundial: uma perspectiva teórica
15	1.1 Estado, hegemonia e revolução passiva
18	1.2 A análise dos sistemas-mundo
21	1.3 Os ciclos sistêmicos de acumulação
24	1.4. A economia-mundo capitalista
26	1.5 A crise do sistema fordista de produção
27	1.6 O pós-fordismo
29	1.7 A Ásia como adversária competitiva
34	2. O declínio da primazia estadunidense
42	3. Movimentos antissistêmicos no sistema-mundo
42	3.1 Os movimentos antissistêmicos como alternativa no sistema-mundo moderno: suas origens
46	3.2 Os EUA e a América Latina: controle e rebelião
50	3.3 Um exemplo antissistêmico: a Venezuela de Hugo Chávez
54	3.4 A política externa de Chávez: uma visão geral
68	4. O BRICS: atuação antissistêmica
73	À guisa de conclusão
75	Notas
96	Referências
108	Sobre o autor

Prefácio

O presente livro, “Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo”, escrito pelo professor, doutor e pesquisador Charles Pennaforte, trata-se de uma relevante contribuição fundamentada no paradigma crítico de natureza neomarxista.

O surgimento deste livro na comunidade científica brasileira é oportuno, justamente por acontecer em um momento em que os estudos alicerçados no paradigma crítico têm passado por uma crescente contestação por parte dos pares científicos filiados aos paradigmas *mainstream* de natureza liberal e nacional-realista, bem como por novos atores que passaram a compor o aparelho governamental na era Bolsonaro.

Estruturado por meio de um recorte metodológico dialético de inspiração histórico-materialista e de um recorte teórico identificado pela escola de Análise dos Sistemas-Mundo, o presente livro apresenta uma discussão teórico-empírica claramente filiada ao Paradigma Crítico de natureza neomarxista para explorar as dinâmicas socioespa-

ciais na geopolítica das relações internacionais contemporâneas.

A escolha dos casos de estudo não aconteceu por acaso, mas, antes, reflete uma observação criteriosa no Sistema Internacional que identifica as transformações, tanto no centro, com conformação da decadência e transição estrutural do ciclo hegemônico estadunidense, quanto na periferia e semiperiferia da Economia, a qual passa por uma inflexão na lógica verticalizada da exploração, com abertura conjuntural de determinados raios de manobra nas estruturas consolidadas, mesmo que de modo temporário por parte de movimentos antissistêmicos.

Apresentada em 4 capítulos, incluídas uma seção introdutória e outra conclusiva, a presente obra foi construída com base em uma lógi-

ca dedutiva que partiu de discussões teóricas e históricas até se chegar ao estudo geopolítico da transição hegemônica e de análise dos movimentos antissistêmicos na dinâmica das relações internacionais da Economia-Mundo.

No primeiro capítulo, “Compreendendo o atual cenário mundial: uma perspectiva teórica”, o livro apresenta uma clara combinação histórica-teórica com base nas contribuições da Análise dos Sistemas-Mundo para interpretar à luz de argumentos conjunturais e estruturais a atual dinâmica de funcionamento do capitalismo na Economia-Mundo sob hegemônica competitiva dos Estados Unidos da América (EUA).

No segundo capítulo, “O declínio da primazia estadunidense”, o autor, Charles Penaforte, explora inicialmente o processo de ascensão da hegemonia competitiva dos EUA em relação à potência descendente, Inglaterra, no final do século XIX, para em seguida trazer uma profunda análise do declínio hegemônico estadunidense a partir dos dois últimos quartis do século XX, por meio de um debate direto com o sistematizador

teórico e pai da Análise dos Sistemas-Mundo, Immanuel Wallerstein (1930-2019).

No terceiro capítulo, “Movimentos antissistêmicos no Sistema-Mundo”, o livro discute a noção de movimentos contra-hegemônicos ou antissistêmicos e ilustra o surgimento e difusão dos mesmos desde a segunda metade do século XIX, por meios rivalizantes, embora complementares, caracterizados tanto por *dinâmicas nacionais*, verticalmente constituídas por determinados Estados Nacionais, claramente exemplificado pela difusão do Bolívarismo pela Venezuela, quanto por *dinâmicas sociais*, conformadas horizontalmente pela ação organizada de distintos atores, instituições e movimentos sociais.

No quarto capítulo, “O BRICS: atuação antissistêmica”, a discussão apresenta o papel emergente de um grupo de países semiperiféricos (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na construção de uma tímida atuação antissistêmica aos EUA, embora ainda atrelada e dependente ao *hegemon*, uma vez que crescentemente surgem ações rivalizantes, principalmente em função de um *ativo papel* internacional por parte da China e da Rússia em agendas políticas, econômicas e de segurança internacional, bem como de uma *passiva* crise institucional do multilateralismo enquanto regime funcional à hegemonia estadunidense.

Escrito de modo didático, com elevado rigor científico e amplamente fun-

damentado no estado da arte do pensamento crítico, a presente obra trata-se de uma leitura indispensável para um público leigo e especializado no campo de estudos de Ciências Sociais, Economia, Geografia e Relações Internacionais, ao apresentar de modo ilustrado o estudo de debates contemporâneos e de casos internacionais relevantes com base no recorte da escola de análise de sistema-mundo.

Convido você, leitor, a mergulhar junto com o autor para um debate aberto ao pensamento crítico dialético, pois novas apreensões sobre determinados movimentos antissistêmicos se tornam relevantes para explicar o futuro das transformações nas relações interna-

cionais da Economia-Mundo em um contexto de transição ainda indeterminada do ciclo hegemônico estadunidense.

Embora o futuro seja incerto no presente, convido você a desfrutar da rica contribuição intelectual desta obra que versa criticamente sobre as transformações conjunturais e estruturais nas relações internacionais. Seja bem-vinda (o) e abra os olhos para a análise dos movimentos antissistêmicos na transição hegemônica estadunidense. Uma ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

Professor doutor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Membro do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI)

Introdução

O ensaio que chega às mãos do leitor é uma volta à análise dos movimentos antissistêmicos proposta por nós em 2013 no âmbito das relações internacionais, quando pesquisamos a atuação da Venezuela de Hugo Chávez¹ na América Latina e sua diplomacia petroleira. Sendo assim, esta obra é uma atualização e ao mesmo tempo a apresentação de outras reflexões que elaboramos até 2020, procurando compreender o atual cenário mundial a partir da atuação antissistêmica de atores internacionais frente aos tradicionais centros de poder do capitalismo.

Antes, porém, devo ressaltar dois colegas que foram determinantes para essa releitura atual dos movimentos antissistêmicos: professores doutores Ricardo Luigi e Elói Martins Senhores. Prof. Luigi foi o grande responsável pelo meu encontro teórico com a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) há mais de uma década e incentivou a atual versão do texto. Ao Prof. Senhores coube a leitura crítica e sugestões feitas. Aos dois meus agradecimentos. Gostaria de salientar, ainda, que o livro é direcionado tanto ao grande público interessado na temática, bem como aos alunos de graduação dos cursos de Relações Internacionais, Ciências Sociais, Economia, Geografia e demais áreas vinculadas.

Mas o que pretendemos com o livro?

Compreender a atual dinâmica geopolítica, econômica, social e das relações internacionais a partir de uma dimensão crítica. Para entender o “pano de fundo” das atuais transformações sistêmicas capitalistas adotamos sob o ponto de vista teórico ASM de Immanuel Wallerstein e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi, bem como as abordagens de Antonio Gramsci.

A ASM surgiu como uma importante ferramenta analítica para a compreensão sobre o que vem ocorrendo dentro do sistema capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A perspectiva macrossociológica histórica (Sociologia Histórica e Comparativa e a Economia Política dos Sistemas-Mundo), apesar de criticada por levar em consideração somente os aspectos “economicistas”, possui uma abrangência de amplo espectro que para nós é relevante.

A tradição marxiana de compreensão da totalidade é colocada em evidência na ASM ao trabalhar a lógica capitalista como um sistema histórico que está na base do processo civilizacional². Deste modo, em nossa opinião, é fundamental que a compreensão dos fenômenos contemporâneos na economia, na política e nas relações internacionais, seja analisada a partir do entendimento do capitalismo como um sistema social e histórico. Ou seja, englobando aspectos não só econômicos para o entendimento do atual *momentum*, como a dinâmica interna de cada país e das relações entre os Estados.

Neste ponto, acreditamos que a ASM lança luzes importantes para o entendimento do enfraquecimento relativo dos EUA em termos globais, tanto ideológico e geopolítico como econômico. Tal processo explicaria, em nossa opinião, o surgimento de movimentos antissistêmicos no sistema interestatal, no qual a Venezuela foi um exemplo. E, hoje, podemos vislumbrar papéis semelhantes de Pequim e Moscou.

A crise de 2008 demonstrou a problemática estrutural da atual crise capitalista: a ausência permanente de um controle mínimo sobre os fluxos de capitais, apesar das inúmeras crises sistêmicas ao longo do tempo derivadas desse fator. Devemos mencionar que tal problemática já era abordada por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi há pelos menos uma década.

Gostaríamos de esclarecer que não fizemos uma transposição linear dos escopos teóricos de Gramsci, Wallerstein ou Arrighi. Tal como em um processo dialético, identificamos aspectos e semelhanças compatíveis das abordagens utilizadas pelos autores para criar uma leitura diferenciada do tema que propusemos.

Sendo assim, nosso livro trabalhará com a perspectiva de declínio econômico e ideológico dos EUA (Wallerstein/Arrighi), *revolução passiva* e “função piemontesa” (Gramsci) para o estudo da Venezuela como conceitos-chave neste livro, que serão *a priori* expostos no Capítulo 1, *Compreendendo o atual cenário mundial: uma perspectiva teórica*.

A seguir começamos com a análise do declínio e da crise de “hegemonia” estadunidense no Capítulo 2: *O Declínio da Primazia Estadunidense*. O “pouso da águia” defendido por Wallerstein, apesar de ter sido apontado como “sem dados econômicos concretos” no início dos anos 1990, hoje, parece perfeitamente plausível³.

Nosso objetivo nesse capítulo será situar o processo de decadência relativa estadunidense a partir de fatos importantes na dinâmica capitalista, tais como: a crise fordista dos anos 1970, o surgimento do pós-fordismo como resposta a essa crise; o surgimento da Ásia como uma concorrente sistêmica importante a partir dos anos 1980; os fatores que levaram à perda da primazia por parte dos EUA e, finalmente, a crise econômica de 2008, que teve como epicentro Wall Street e continua com os seus efeitos estruturais até os dias de hoje. O enfraquecimento econômico e ideológico facilitaria o surgimento de países “desafiadores” ao tradicional *status quo* pregado por Washington.

No Capítulo 3, *Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo*, traçamos uma retrospectiva histórica do surgimento dos movimentos antissistêmicos a partir do surgimento do termo criado por Immanuel Wallerstein para classificar os movimentos po-

líticos e sociais na Europa, e suas idiossincrasias que tiveram origem no século XIX, e chegaram até o período de embate do mundo bipolar. Com o colapso da bipolaridade no início dos anos 1990, tais movimentos sofreram alterações de ordem constitutivas a partir de 1999 dentro da dinâmica antiglobalização segundo Wallerstein.

A compreensão da Venezuela chavista como um país que se enquadrou dentro de um movimento antissistêmico interestatal foi resultado da falência do modelo neoliberal no país. A procura por novas alternativas a este modelo é que permitiu a chegada de Hugo Chávez ao poder no final do século XX.

Finalizando o livro teremos o Capítulo 4, *O BRICS: atuação antissistêmica*, no qual fazemos uma análise do papel antissistêmico de chineses e russos frente às tentativas de Washington de voltar a ditar os seus interesses no cenário internacional capitalista nos moldes da Guerra Fria e a recusa dos dois países em aceitar tal perspectiva.

Compreendendo o atual cenário mundial: uma perspectiva teórica

Sigo creyendo que el análisis de los sistemas-mundo, es en primer lugar una protesta en contra de las formas en las cuales la ciencia social se presenta actualmente, e incluyendo aquí el ámbito de su modo de teorizar.

— Immanuel Wallerstein⁴

A realidade capitalista pode ser analisada sob as mais diversas perspectivas teóricas/ideológicas. E tem sido ao longo do tempo. Nossa proposta aqui é manter uma tradição ligada ao marxismo sem, contudo, cair na perspectiva ortodoxa. Sendo assim, o capitalismo e suas contradições serão avaliados à luz da ótica do Sistema-Mundo (economia-mundo) proposta por I. Wallerstein. No que se refere especificamente à economia capitalista, utilizaremos a base teórica proposta por Arrighi baseada nos *Ciclos Sistêmicos de Acumulação*. De Gramsci utilizaremos o conceito de *Hegemonia e Revolução Passiva*.

A crise de “hegemonia”⁵ dos EUA será de grande importância para a compreensão do nossa pesquisa, pois tentaremos fazer uma articulação entre esta crise e a ascensão de novos grupos anti-hegemônicos/antissistêmicos na América Latina, por exemplo, bem como a atuação da Rússia e da China, por meio do BRICS, no cenário internacional.

1.1 Estado, hegemonia e revolução passiva

A compreensão do desenvolvimento capitalista deve ser realizada por meio de uma análise do papel do Estado como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo e consequente reprodução do capital. Assim, Estado e hegemonia sob a ótica gramsciana são indissociáveis. Arrighi, por exemplo, aponta nas relações internacionais que “O conceito de ‘hegemonia mundial’ [...] se refere ao poder que um Estado tem de exercer funções governamentais sobre um sistema de Estados soberanos.”⁶

Arrighi e Silver aprofundam os aspectos da hegemonia demonstrando a complexidade de sua construção. Tal processo envolveria vários aspectos que segundo os autores:

A hegemonia é, portanto, algo mais e diferente das dominações pura e simples; é o poder adicional que se acumula a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas serve aos interesses do grupo dominante, mas também é percebida por grupos subordinados como servindo a um interesse mais geral, é o inverso de a noção de “deflação de poder” usada por Talcott Parsons para designar situações nas quais o controle governamental não pode ser exercido exceto pelo uso generalizado ou ameaça de força. Se os grupos subordinados confiam em seus governantes, os sistemas de dominação podem ser governados sem recorrer à força. Mas se essa confiança diminuir, eles não podem. Por analogia, pode-se dizer que a noção de hegemonia de Gramsci consiste na “inflação de poder” resultante da capacidade dos grupos dominantes de apresentar com credibilidade sua regra, servindo não apenas a seus interesses, mas também a grupos subordinados. Quando tal credibilidade estiver faltando, falaremos de “domínio sem hegemonia”. [...] quando falamos de liderança em um contexto internacional, o termo é usado para designar dois fenômenos bem diferentes. Por outro lado, o termo

é usado para designar o fato de que, em virtude de suas conquistas, um estado dominante se torna o “modelo” para os outros estados imitarem e, com isso, os atrai para o seu caminho de desenvolvimento.⁷

A primazia estadunidense dentro do sistema internacional deve ser visualizada por meio da lógica de transformação dos seus interesses (capitalistas) como “valores universais”. Trata-se, portanto, de algo mais elaborado do que “dominação pura e simples”, como coloca Arrighi⁸. Um importante especialista sobre a obra gramsciana, Luciano Gruppi⁹ direciona sua análise para o mesmo ponto de compreensão do conceito de hegemonia:

[...] o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.

Aliado a isso, o papel do *bloco histórico* é de fundamental importância para manter a coesão de poder tanto em termos internos como internacional¹⁰. A supremacia e a aceitação de uma nação como “hegemônica” está associada à sua capacidade de influenciar “positivamente” outras nações no conceito internacional. Segundo Arrighi¹¹, utilizando as reflexões de Antonio Gramsci:

O conceito de “hegemonia mundial” aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um

sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.

Os EUA possuem tal característica, aspecto que facilita a colocação em prática dos seus interesses e anseios, colocando-os como um “interesse coletivo”. Cox¹² abordando a criação desse “interesse coletivo” e a relação entre bloco histórico e hegemonia aponta que

Um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica. Em um país ou em uma formação social em que a classe hegemônica é a classe dominante, o Estado (no conceito ampliado de Gramsci) mantém a coesão e a identidade no interior do bloco por meio da propagação de uma classe comum.

A “solução” para criar alternativas reais ao capitalismo no âmbito nacional, ou seja, o controle do Estado como forma de combater a lógica capitalista, não deve ser entendida como um simples “assalto ao poder”, numa perspectiva “blanquista”¹³. Assumir o controle do Estado dentro da dinâmica capitalista e usá-lo como uma etapa dentro do processo de superação do modelo assume características extremamente importantes. Sobre os dilemas para a construção de Estados sob uma liderança não burguesa, Cox assinala claramente tais problemas e dificuldades¹⁴:

Construir as bases de um Estado e de uma sociedade civil alternativos sob liderança da classe operária significa criar instituições e recursos intelectuais alternativos dentro de uma existente e construir pontes entre os operários e as outras classes subordinadas. Significa ativamente uma contra- hegemonia no interior de uma hegemonia estabele-

cida, e, ao mesmo tempo, aumentar a resistência contra as pressões e as tentações de recair na busca de ganhos incrementais para grupos subalternos no seio das estruturas da hegemonia burguesa. Essa é a linha que separa a guerra de posição, como estratégia revolucionária de longo prazo, e a democracia social, como política para obter ganhos dentro da ordem estabelecida.

1.2 A análise dos sistemas-mundo

A proposta teórica elaborada por Wallerstein nos últimos 30 anos é de grande importância para a compreensão do capitalismo na atualidade, cuja grande contribuição é a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM). A construção da ASM possui três influências importantes na sua constituição: a Escola dos *Annales*, o Marxismo e a Teoria da Dependência¹⁵.

Na sua explicação para o atual Sistema-Mundo, Wallerstein assinala que ele foi originado pela crise do sistema feudal e a ascensão da Europa Ocidental à supremacia entre 1450 e 1670. Sobre o Sistema-Mundo contemporâneo, Wallerstein¹⁶ explica que:

Um sistema-mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas-mundos.

O teórico apontava, ainda, a existência de dois tipos de sistemas-mundo: os impérios mundiais e as economias-mundos. A diferenciação entre os dois tipos de sistemas-mundo ocorreria pelo que fato que os Impérios mundiais seriam uma grande es-

trutura burocrática com centralização política e uma divisão de trabalho central, coexistindo culturas múltiplas.

A economia-mundo, ao contrário, se caracterizaria por uma grande divisão central do trabalho, inúmeros centros políticos mantendo a coexistência de múltiplas culturas. Wallerstein analisando a expansão capitalista desde o séc. XVI assinala que:

O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno teve suas origens no século XVI. Este sistema mundial foi então localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas. Ele se expandiu ao longo dos anos e atingiu todo o globo. É, e sempre foi, uma economia mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista.¹⁷

Sendo assim, o Capitalismo é compreendido como moderno sistema social, uma economia-mundo, que possui inúmeros centros políticos (Estados), que disputam a hegemonia do sistema. Na ASM a definição da hegemonia estaria acoplada aos ciclos sistêmicos de acumulação que veremos mais à frente.

Neste ponto seria de grande importância fazermos uma observação sobre a discussão feita por Antonio Negri e Michel Hardt a partir de 2000 com a obra *Império*¹⁸. Sem dúvida alguma os autores procuraram lançar novas luzes sobre a atual configuração de poder dentro sistema capitalista. Eles criaram uma interpretação original sobre a “novidade” do processo de Globalização que propiciaria uma reestrutura de poder global. Especificamente Negri e Hardt argumentam que:

[...] essa mudança torna perfeitamente claro e possível o atual projeto capitalista de unir o poder econômico ao político, para materializar, em outras palavras, uma ordem convenientemente capitalista. Em termos constitucionais, os processos de globalização já não são apenas um fato, mas também uma fonte de definições jurídicas que tende a projetar uma configuração única e supranacional de poder político.¹⁹

Discordamos da ideia dos teóricos que defendem a Globalização como algo relativamente novo²⁰. O processo de Globalização é intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo, uma condição *sine qua non* para a sua reprodução. Marx já afirmava no século XIX sobre a necessidade da burguesia conseguir novos mercados e condições que facilitassem a reprodução do capital²¹.

Segundo Hardt e Negri,

o [...] novo paradigma é definido pelo declínio definitivo dos Estados-nação soberanos, pela desregulamentação dos mercados internacionais, pelo fim do conflito antagônico entre entidades independentes e assim por diante.²²

Arrighi e Silver, em seu livro *Chaos and Governance in the Modern World System*,²³ assinalam que

A tese de que a globalização enfraquece os estados também tem sido contestada por críticos que se concentram nos aspectos de longo prazo do fenômeno e veem muito *déjà vu* nas alegadas novidades das recentes mudanças nas relações capital-estado. Wallerstein chegou ao ponto de argumentar que a relação básica entre estados e capital permaneceu a mesma ao longo da história capitalista, com “corporações transnacionais... Mantendo hoje a mesma posição estrutural em relação aos estados que todos os seus antecessores globais,

desde os Fuggers para a Companhia das Índias Orientais Holandesas para fabricantes de Manchester do século XIX” (Wallerstein, 1995c, 24-25). Mais comum é a afirmação de que as transformações que estão sob a rubrica de “globalização” se originam no século XIX. “Se os teóricos da globalização enfatizam que temos uma economia na qual cada parte do mundo está ligada por mercados que compartilham informações em tempo real”, afirmam Paul Hirst e Grahame Thompson, “então isso começou não na década de 1970, mas na de 1870” (1996, 9-10).

O que defendemos é que a análise deve ser sistêmica e não baseada na existência, *a priori*, do Estado-Nação; ou no seu declínio, *a posteriori*. Não compactuamos, também, com a visão de estaríamos saindo de um período “pós-imperialista” para um período “Imperial” como argumentam os autores²⁴. A grande mudança de fase pela qual estamos passando seria a transição para um novo ciclo sistêmico de acumulação, conforme veremos a seguir.

1.3 Os ciclos sistêmicos de acumulação

Com o seu livro *O Longo Século XX*²⁵, Giovanni Arrighi forneceu importante colaboração para a ASM. A sua contribuição ocorreu na análise da hegemonia sob inspiração gramsciana e nos ciclos de acumulação capitalista. Arrighi era adepto, tal como Wallerstein, dos Ciclos de Kondratieff, elaboração teórica do economista russo Nikolai Kondratieff na década de 1920. A tese do economista para o capitalismo era que o seu desenvolvimento era baseado em ciclos²⁶.

Sob inspiração dos Ciclos de Kondratieff, o sistema capitalista para Arrighi teria passado por quatro ciclos sistêmicos de acumulação e expansão: 1) genovês, 2) holandês, 3) britânico e 4)

norte-americano. Os ciclos sistêmicos de acumulação de capital constituem uma cadeia de estágios parcialmente superpostos, por meio dos quais a economia capitalista europeia transformou a economia mundial em um intenso sistema de trocas. A superposição desses ciclos ocorre na passagem de um para o outro, ou seja, enquanto um ciclo está se aproximando do seu término, ao mesmo tempo outro ciclo sistêmico de acumulação começa a se formar. Esta fase de superposição ocorre durante a chamada turbulência financeira do ciclo que está chegando ao fim²⁷.

Desse modo, as grandes expansões materiais e financeiras ocorreriam quando um bloco dominante tivesse acúmulo suficiente para dominar o sistema mundial que, ao chegar ao seu término, provocaria a mudança de poder hegemônico. Quando isso ocorre, um novo ciclo sistêmico de acumulação tem início. Arrighi corrobora de que a contribuição mais importante e perene para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial encontra-se no âmbito das altas finanças, durante o Renascimento italiano do final do século XIV e início do século XV, que é o período do seu surgimento.

O primeiro ciclo sistêmico, o genovês, segundo Arrighi, é explicado a partir de Fernand Braudel. Nesse período,

“[...] a maturidade de todos os grandes desenvolvimentos da economia capitalista mundial é anunciada por uma guinada peculiar do comércio de mercadorias para o comércio de moedas.”²⁸

O capitalismo financeiro genovês desenvolveu-se na segunda metade do séc. XVI. Segundo Arrighi²⁹,

À medida que se intensificaram as pressões competitivas e que houve uma escalada na luta pelo poder, o capital ex-

cedente, que já não encontrava investimentos lucrativos no comércio, foi mantido em estado de liquidez e usado para financiar a crescente dívida pública das cidades-Estado, cujo patrimônio e receita futura foram, assim, mais completamente alienados do que nunca a suas respectivas classes capitalistas.

Ainda sobre o ciclo de acumulação genovês, Arrighi apontou que esse período foi o ponto máximo da expansão capitalista:

[...] uma grande expansão material da economia mundial europeia, por meio de do estabelecimento de novas rotas de comércio e da incorporação de novas áreas de exploração comercial foi acompanhada por uma expansão financeira que acentuou o controle de capital sobre uma economia mundial ampliada. Além disso, uma classe capitalista claramente identificável (a genovesa) incentivou, supervisionou e se beneficiou das duas expansões, em virtude de uma estrutura de acumulação de capital que, em sua maior parte, já passara a existir quando a expansão material teve início.³⁰

Para Arrighi, esse padrão seria o “ciclo sistêmico de acumulação”. Os capitalistas genoveses seriam os precursores no século XVI desse padrão, fato que ocorreria mais três vezes³¹. Após o ciclo genovês vieram, subsequentemente, o ciclo holandês, o ciclo britânico e o ciclo estadunidense, que é o que nos interessa na elaboração deste trabalho, pois seria a expansão do moderno sistema mundial que ocorreu durante quase todo o século XX e entraria em crise na década de 1970.

Estariamos, portanto, vivendo a crise do ciclo sistêmico de acumulação, fato que favoreceria o surgimento de novas perspectivas antissistêmicas para a superação da atual fase. Sobre tais perspectivas de transformação do atual ciclo de acumulação,

Wallerstein assinala:

Estamos passando por uma transição em nosso atual sistema mundial, a economia mundial capitalista estará se transformando em outro sistema – ou em outros sistemas – mundiais. Não sabemos se essa mudança será para melhor ou para pior. E não saberemos até que cheguemos lá, um processo que pode demorar ainda uns 50 anos a partir do momento em que estamos. Sabemos, no entanto, que o período de transição será um período difícil, será um período difícil para todos os que o vivenciarem.³²

1.4. A economia-mundo capitalista

A atual economia-mundo (sistema-mundo) capitalista teve origem, segundo Wallerstein, na crise do sistema feudal e na ascensão da Europa Ocidental à supremacia global entre 1450 e 1670, conforme já analisamos acima. A hegemonia anterior à atual, a britânica, caracterizou-se por um processo contínuo de expansão, reestruturação e reorganização financeira da economia mundial capitalista. Os períodos de expansão financeira foram momentos em que aumentaram as pressões competitivas tanto sobre os governos quanto sobre as empresas e o comércio. Essas pressões favoreceram a expansão industrial inglesa, que se manteve na supremacia econômica global até o início do século XX.

Após o colapso hegemônico britânico, os EUA emergiram como principal potência econômica e, após a Segunda Guerra Mundial, alcançaram a supremacia tecnológica e militar durante a Guerra Fria, e tornaram-se potência após o colapso do bloco socialista em 1989 e fim da URSS em 1991.

A economia-mundo capitalista demonstra uma relação desigual e hierárquica entre as nações, fato que propiciou uma subdivisão dentro do sistema. Para a sua compreensão, acreditamos que a chamada Teoria da Dependência³³ seja a mais elucidativa tendo como pano de fundo uma análise sistêmica. Segundo Wallerstein³⁴:

As economias-mundo são então divididas em estados centrais e áreas periféricas. [...] existem, também, áreas semiperiféricas que estão entre o núcleo e a periferia em uma série de dimensões, como a complexidade das atividades econômicas, a força das máquinas, a integridade cultural etc., algumas dessas áreas tinham sido áreas-núcleo de versões anteriores de uma dada economia-mundo. Algumas foram áreas periféricas que mais tarde foram promovidas, por assim dizer, como resultado da mudança geopolítica de uma economia mundial em expansão.

A semiperiferia, no entanto, não é um artifício estatístico de cortes estatísticos, nem é uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural de uma economia mundial. Essas áreas desempenham um papel paralelo àquele desempenhado *mutatis mutandis*, por grupos intermediários em um império [...].

Segundo a Teoria da Dependência, o capitalismo estaria baseado em uma estrutura interdependente: o Centro, a Semiperiferia e a Periferia. A posição sistêmica de cada nação seria determinada, em larga medida, pela capacidade de desenvolvimento de suas forças sociais e econômicas.

O Centro do sistema se configura por uma alta concentração de riquezas e elevado desenvolvimento tecnológico em todos os setores econômicos. O comércio nacional e internacional é de grande envergadura e importante fonte de recursos para a manutenção financeira do Centro. Esta área do sistema corresponderia às an-

tigas metrópoles europeias, EUA e Japão.

A Periferia do sistema possui condições opostas: baixo desenvolvimento tecnológico e social. Sua dinâmica econômica está baseada na produção de produtos agrícolas e extração mineral, ou seja, produtos de baixo valor agregado. De modo geral essa área seria composta pelas antigas colônias.

A Semiperiferia possui uma característica intermediária, mais precisamente com produção de alguns bens de valor agregado e relativo uso de tecnologia. Em um estágio superior aos países periféricos, estariam o Brasil, México, Tigres Asiáticos, Indonésia e China, por exemplo.

Desde os anos 1970 a concorrência entre os países centrais e a semiperiferia se acirrou com vantagens comparativas para o segundo grupo de países. Tais vantagens eram específicas dos países semiperiféricos, notadamente aos Tigres Asiáticos e China.

Com essa configuração, a economia-mundo capitalista sob hegemonia estadunidense chegou ao século XXI em mais uma crise cíclica sistêmica, cujo início ocorreu na década de 1970 e chegou até o presente momento.

1.5 A crise do sistema fordista de produção

No item anterior mencionamos que o atual Ciclo Sistêmico de Acumulação liderado pelos EUA passa por um período de crise. Esse processo reflete a característica inerente do sistema capitalista, ou seja, as crises econômicas fazem parte da dinâmica sistêmica.

A crise do sistema fordista de produção teve início no final dos anos 1960. O poder aquisitivo dos trabalhadores crescia num ritmo maior e, conseqüentemente, as taxas de lucros caíam. A competição internacional acirrava-se, com a inclusão da América

Latina e dos países do sudeste asiático, ocasionando a queda do dólar, moeda-reserva mundial e, conseqüentemente, aumentando o problema fiscal estadunidense. Uma das soluções encontradas foi a dispensa de trabalhadores. Entretanto, a rigidez do contrato de trabalho sobrecarregou a arrecadação do Welfare State³⁵.

O Primeiro Choque do Petróleo (1973) colaborou ainda mais para o declínio do fordismo. A extração da renda do petróleo acelerou esta primeira consequência: crise da organização do trabalho - crise de investimento - crise do Welfare state³⁶. O fordismo e a regulação econômica keynesiana, no período de oito anos (1965 a 1973), não conseguiu solucionar esses problemas, persistindo a problemática intrínseca ao capitalismo³⁷. Com essas contradições, teve início a transição do fordismo para o pós-fordismo³⁸.

1.6 O pós-fordismo

O processo de crise do sistema fordista de produção desencadeou uma série de experiências que visavam a dar um “novo ânimo” ao sistema capitalista. O que marca o pós-fordismo é a contraposição ao paradigma fordista; ou seja, a sua rigidez e a conseqüente falta de credibilidade e “flexibilidade”.

O processo de produção fordista foi flexibilizado, desarticulando tudo o que existia até então. Na realidade, o que se observou foi uma revolução tecnológica cuja principal meta era reverter o quadro da crise fordista: a queda da produtividade e da lucratividade. Tavares elucida que:

Contrariamente à rigidez que caracterizava o taylorismo-fordismo, as novas tecnologias buscam obter o máximo de flexibilidade no que respeita a processos de produção, desenhos e produtos, bem como a ocupação da força de trabalho.³⁹

A acumulação flexível foi ao encontro da rigidez fordista ao introduzir novos mercados de trabalho e a flexibilização dos processos de trabalho, mas especificamente, [...] pelo surgimento de setores de produção de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional⁴⁰.

Leborgne e Lipietz apontaram, entretanto, alguns problemas para o uso dessas inovações tecnológicas. As panes nos sistemas, as máquinas obsoletas e os custos com a manutenção são problemas que devem ser levados em consideração. Mas, mesmo assim, salientam que:

A principal característica da revolução tecnológica atual é a invasão do microprocessador e das interfaces eletrônicas não apenas em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho: a microeletrônica redefine o próprio significado da automação.⁴¹

No bojo dessa nova dinâmica capitalista, o pós-fordismo foi tomando corpo, provocando uma grande rearticulação em todos os níveis sociais e econômicos. As relações de trabalho e a estrutura industrial acompanharam o novo ritmo. A flexibilidade caracteriza-se na organização do trabalho, na tecnologia e nas novas estruturas institucionais surgidas. Os padrões de consumos foram fragmentados e privatizados; a desintegração vertical tomou impulso e os pequenos e médios produtores se especializaram.

As novas bases da dinâmica concorrencial capitalista sofreram mudanças, ou seja, o eixo dessa concorrência migrou do preço para os novos modelos de produtos adaptados ao mercado. Os mercados tornaram-se imprevisíveis e volúveis, ocasionando

uma produção diferenciada e adequada à nova realidade. A produção procurou ocupar esses *nichos* lucrativos⁴².

O pós-fordismo visava a conviver com a atual saturação decorrente da economia baseada em práticas fordistas e a seletividade; daí *a variedade de tipos e tamanhos ofertados*⁴³. Dessa maneira, ocorre um aumento de importância das pequenas e médias empresas, favorecendo ao intercâmbio, as subcontratações e outras relações de interdependência.

Com a redução das margens de lucro, o patronato procurou “flexibilizar” as relações de trabalho, visando a recompor o *optimum* de lucratividade. Como já salientamos, a rigidez fordista colaborou para o declínio desse modelo de acumulação e a saída encontrada, entre outras, foi atacar o contrato de trabalho. A relação rígida sofreu uma grande alteração, onde o modo de regulação (o Welfare State) foi desmantelado gradativamente. A outrora estabilidade do contrato de trabalho foi solapada, aproveitando-se do enfraquecimento do poder sindical e da mão de obra excedente em virtude da crise⁴⁴.

O antigo trabalho do tipo regular foi ocupado por trabalhos temporários, parciais e até subcontratados. Se no fordismo o operário não participava do processo de fabricação, no pós-fordismo ocorreu o contrário: reagrupa-se o que taylorismo havia dicotomizado, ou seja, os aspectos manuais e intelectuais do trabalho⁴⁵.

1.7 A Ásia como adversária competitiva

A crise fordista ocasionou, como mencionamos anteriormente, a necessidade de busca por vantagens competitivas e locais que superassem a queda nos lucros. O alto custo da mão de obra e a legislação ambiental rígida, por exemplo, eram componentes importantes para a queda da lucratividade. A realidade encontra-

da pela classe patronal para superar esse problema era extremamente difícil de ser resolvido dentro das sociedades capitalistas centrais ocidentais.

O alto nível de politização e organização sindical havia tornado o movimento trabalhista extremamente forte e coeso na defesa das garantias keynesianas, principalmente na Europa. Se a saída para a queda da lucratividade era a diminuição dos custos, era necessário encontrar uma forma de colocar em prática tal medida. Se o pós-fordismo foi uma das saídas, contudo não conseguiu alcançar todos os países europeus, tornando-se forte na Inglaterra de Margareth Thatcher e do outro lado do Atlântico, nos EUA de Ronald Reagan.

A Ásia surgiu como uma importante alternativa para a problemática do capitalismo ocidental. Tomando como exemplo o Japão⁴⁶, o país estava em pleno processo de recuperação econômica com adoção de tecnologia no processo produtivo e condições sindicais mais favoráveis ao capital do que em relação ao Ocidente. Sem uma organização sindical comparável aos europeus, era possível obter maior lucratividade.

No lado socialista, eram verificadas transformações por meio do desenvolvimento da Revolução Cultural⁴⁷ na China, que provocariam impactos importantes na economia capitalista mundial nas décadas seguintes. O fim da Revolução Cultural surgiu como uma possibilidade de os países ocidentais resolverem o seu problema (queda da lucratividade) a partir dos anos 1980 em virtude das transformações sociais e econômicas que ocorreriam na China.

Após a morte de Mao Zedong, em 1976, a China entrou em um processo de transformação social e econômica, consolidado a partir de 1978 sob a liderança de Deng Xiaoping. O afastamento do país da órbita soviética, a partir dos anos 1960, propiciou a aproximação do gigante vermelho com o Ocidente ainda sob a liderança de Mao Zedong⁴⁸.

No final dos anos 1970 a nova direção comunista lançou o Programa das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país, frente a uma nova realidade geopolítica enfrentada: a sua posição autônoma dentro do bloco socialista e fazendo oposição algumas vezes a URSS.

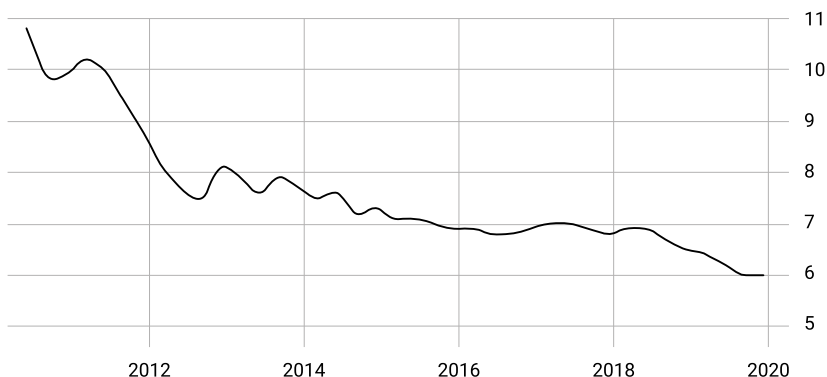
Os dirigentes da era pós-Mao tinham como imperativo promover o desenvolvimento industrial do país e para isso eram necessários investimentos e tecnologia. Pelo lado ocidental, a China apresentava-se como uma importante área de oportunidades. Os investimentos ocidentais seriam importantes para a criação de um parque industrial e para a transferência de tecnologia que transformariam a China nas décadas seguintes.

Com a aproximação com o Ocidente a partir de 1978 a China tornou-se uma importante fornecedora de mão de obra para a elaboração de produtos estadunidenses e europeus que buscavam saídas para o encarecimento dos custos de produção gerados pelo fordismo e pela inflação dos anos 1970. A criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para sediar as indústrias estrangeiras e facilitar a exportação da produção foi uma das grandes realizações dos dirigentes chineses na era Deng Xiaoping.

Contudo, o crescimento e o dinamismo chinês superaram as melhores expectativas de analistas e pesquisadores de todo ao mundo. Os chineses conseguiram com o passar das décadas criar seu próprio mercado interno, criar suas próprias empresas e exportar os seus próprios produtos, tornando-se um país de grande importância dentro do sistema-mundo capitalista. Esse dinamismo passou a rivalizar com os países capitalistas centrais.

Entre 1980 e 2004, o crescimento real do PIB chinês foi em média 9,5%, tornando o país a sexta economia do mundo⁴⁹, e em 1980 sua participação era de 1%⁵⁰. Entre 2005 e 2015 a China aumentou a sua participação global de 9,31% para 18,14%⁵¹. Entre

1990 e 2000 o crescimento médio foi de cerca de 10% a.a.⁵² Nos últimos anos a economia chinesa vem perdendo sua força anterior como podemos ver no gráfico abaixo:



Fonte: Trading Economics. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>. Acesso em: 31/03/2020. **Adaptação:** Franciane Medeiros.

Um estudo mais detalhado sobre a ascensão asiática está disponível nos livros *Adam Smith em Pequim* e *Ilusões do Desenvolvimento* (capítulo “A Ascensão do Leste Asiático: um Milagre ou Muitos?”) de Giovanni Arrighi.

Ainda nos anos 1980, a economia japonesa com seu grande crescimento favoreceu a expansão econômica da Ásia ao inserir países no processo de industrialização. O *spillover* (transbordamento) de sua economia, ou seja, a necessidade de mão de obra e espaço, fez com que novos países fossem beneficiados pela lógica capitalista.

Os japoneses deslocaram algumas de suas fábricas para países como Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, com o obje-

tivo de obter mão de obra mais barata, terrenos com baixo custo e legislação trabalhista e ambiental menos rígidas. Tal como aconteceu com os chineses no final dos anos 1990, países como a Coreia do Sul tornaram-se competidores globais ao produzir e desenvolver suas próprias marcas no mercado mundial. Como podemos observar, a força asiática é um exemplo dos desafios enfrentados pelos EUA para a manutenção de sua liderança no campo econômico.

CAPÍTULO 2

O declínio da primazia estadunidense

Sob o ponto de vista histórico, a primazia⁵³ dos EUA teve início com a recessão mundial de 1873, quando a sua economia cresceu acentuadamente ao mesmo tempo em que a economia britânica entrava em uma inflexão. No período entre 1873 e 1914, por exemplo, os EUA e a Alemanha tornaram-se os principais produtores de aço e produtos químicos, demonstrando a força industrial da economia estadunidense. A busca pela primazia, seja econômica e/ou militar, tornou-se um processo natural. Arrighi assinala que:

Um estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico um estado dominante.⁵⁴

A política externa de Washington na segunda metade do século XIX procurou estabelecer sua dominação sobre sua periferia imediata, a saber, a América Central e Caribe, e posteriormente aumentando sua influência sobre a América do Sul. Além de impedir a influência dos europeus por meio da Doutrina Monroe, os EUA garantiram sua influência econômica e política no continente americano.

A Segunda Guerra Mundial proporcionou uma oportunidade para os EUA influenciarem de maneira decisiva o sistema in-

ternacional. A posição após o conflito era privilegiada para os estadunidenses, pois não haviam sofrido diretamente os efeitos catastróficos da guerra. Seu território não sofreu nenhum dano ao contrário da Europa e Ásia. A economia estadunidense pode manter o seu ritmo de produção praticamente intacto durante a guerra e, ao mesmo tempo, tornou-se um grande fornecedor de bens industriais e créditos para a Europa.

Com a derrota do nazismo, o comunismo tornou-se o principal obstáculo à primazia dos EUA no cenário internacional. A conversão da China ao comunismo em 1949, da Coreia do Norte em 1950 e do Vietnã em 1975 foram os grandes golpes para a economia-mundo capitalista na Ásia. Sem contar o Leste Europeu sob domínio soviético desde 1945.

Contudo a sua atuação na reconstrução do Japão e da Europa Ocidental, por exemplo, permitiu aos estadunidenses encontrar brechas importantes para manter o comunismo longe dos seus principais aliados. A contenção ao comunismo principalmente na Ásia foi bem-sucedida, mas as consequências do sucesso desse processo seriam nefastas ao longo do tempo, principalmente no aspecto econômico. Segundo Wallerstein, o sucesso dos EUA no pós-guerra como potência proeminente é que provocou a sua própria decadência:

O sucesso dos EUA como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que a sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os EUA se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar.⁵⁵

Wallerstein fornece uma perspectiva da primazia no atual sistema-mundo baseado na perspectiva de expansão da competição como fator criador de “rivalidades” que ocasionaria os “Ciclos de Hegemonia”. Os quatro eventos apontados por Wallerstein representariam cada momento do que seria o declínio do poder estadunidense, o “pouso da águia”.

O fracasso de Washington na Indochina assinalou uma inflexão na dimensão militar do país. Como um grande rival da URSS e com capacidade nuclear considerável, o país não logrou êxito no combate ao movimento de libertação nacional do vietnamita. Pelo contrário, sucumbiu às táticas guerrilheiras de um exército criado sob bases camponesas e com capacidade militar de baixa sofisticação e táticas de guerra assimétricas lideradas pelo lendário general Vo Nguyen Giap (1911-2013). A derrota militar no Vietnã teve um alto custo de vidas e a demonstração de que a maior potência do mundo não era invencível.

As rebeliões estudantis de maio 1968 (ou segundo Wallerstein, “Revoluções de 1968”) ocasionaram o surgimento de movimentos de contracultura na sociedade capitalista que repudiavam a lógica militarista e ideológica da disputa Capitalismo x Socialismo defendido por Washington. No final dos anos 1960, os blocos ideológicos apresentavam sinais de saturação ao não apresentarem propostas concretas para a superação da desigualdade econômica, social e política.

Pelo lado capitalista, inúmeros países em todo o mundo estariam vivendo ou viveriam sob regimes ditatoriais de direita apoiados pelos EUA. Deste lado, o objetivo era impedir o avanço comunista e/ou transformações sociais e econômicas nas estruturas arcaicas.

Pelo lado liderado pela URSS, a promessa de “libertação da opressão capitalista” gerou regimes de força que não se diferenciavam muito dos regimes de direita capitalista em todo o mundo.

As “democracias populares”, baseadas no trabalho e na sua alienação, cuja mais valia era apropriada pelo Estado socialista, mantiveram os trabalhadores atrelados à lógica irracional da sua acumulação.

A repressão à Revolta Húngara de 1956⁵⁶ e o sufocamento da própria Primavera de Praga em 1968⁵⁷ são reflexos da falência do modelo soviético de organização social e econômica. Não teria muito sentido a utilização da dicotomia Capitalismo X Socialismo por parte dos EUA ou da URSS para manter e justificar o seu controle sobre seu bloco ideológico por meio de todos os meios lícitos e ilícitos.

Outro sinal do declínio apontado por Wallerstein de Washington foi o fim do bloco socialista em 1989, e em 1991 da própria URSS, que desmontou a lógica da Guerra Fria que havia gerado uma “zona de conforto” para a política externa de Washington no qual todos os meios eram permitidos para manter a sua primazia. Sem a Guerra Fria o controle ideológico dos EUA perdeu sentido e os países puderam se “libertar” e traçar as suas políticas externas sem se basear no caráter ideológico do inimigo comunista.

O quarto indicativo da decadência da primazia dos EUA seriam os atentados de 2001, que demonstraram que a nação mais poderosa do mundo não estava segura contra os efeitos de sua atuação geopolítica internacional beligerante em relação, por exemplo, ao apoio irrestrito a Israel contra os palestinos no Oriente Médio.

Nós apontaríamos um quinto símbolo do enfraquecimento da primazia: o governo George W. Bush. A atuação de George W. Bush (2001-2009) após os atentados de 11 de setembro representou o declínio internacional da aceitação dos EUA como uma nação defensora de “valores universais” (dimensão ideológica) como a democracia e os direitos humanos.

Para nós, o que teria colaborado para essa situação foi a elaboração de um discurso belicista contra os “inimigos” dos EUA por

meio do documento *A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos* (2002), conhecido como Doutrina Bush, que “justificava” os EUA desrespeitarem o Direito Internacional e fazer “guerras preventivas”. A Era Bush desse modo corroeu totalmente a geocultura⁵⁸ estadunidense sob o ponto de vista ideológico (*soft power*). De antigos “defensores do mundo livre”, os EUA passaram a ser associados à opressão e à tortura, um “vilão mundial”.

Barack Obama (2009-2017) tentou recuperar a imagem estadunidense durante seus governos, contudo um interregno para a ascensão de Donald Trump (2017) e sua política populista, racista e beligerante. Na prática, a imagem dos EUA mantém o declínio do seu *soft power*.

A atuação da Donald Trump (2017) contra os imigrantes latinos, separando pais e filhos após a prisão nas fronteiras, as acusações de organizações de defesa dos Direitos Humanos estadunidenses para a existência de “campos de concentração” com imigrantes ilegais em 2018, provocaram protestos internos e internacionais. Mais uma mancha no discurso democrático do país.

Dois aspectos do declínio dos EUA podem ser resumidos pelo binômio gastos militares (apesar do fim da Guerra Fria) e o enfraquecimento ideológico do sistema capitalista enquanto defensor de uma “sociedade livre”, que conjugados demonstram este quadro. O fato é que sem o velho embate da Guerra Fria os EUA ficaram sozinhos no palco global, e para exercer o seu poder, agora amplamente questionado, tiveram que utilizar o *hard power* de maneira mais incisiva.

Logicamente não podemos defender a ideia de um “fim do capitalismo” nos moldes defendidos pelos marxistas ortodoxos na primeira metade do século XX. O processo é complexo e possui inúmeras variáveis. Contudo, ele está ocorrendo sob as bases até aqui demonstradas.

Uma variável importante é o campo econômico, onde o declínio estadunidense se acentuou ainda mais a partir de 2008. A crise ocorrida no mesmo ano, e que teve início na total desregulação do setor financeiro do país, contaminou a economia global e provocou a falência de inúmeros bancos estadunidenses e arruinou a vida de milhões de trabalhadores não só nos EUA como na Europa. Segundo as estatísticas os EUA possuem mais de meio milhão de sem-tetos⁵⁹ apesar da recuperação econômica e do baixo desemprego no governo Donald Trump até a chegada da pandemia Covid-19 em 2020.

O fato é que por meio de uma análise mais detalhada dos fatores que provocaram a crise financeira mundial, seu início foi decorrente dos calotes nos pagamentos de hipotecas habitacionais nos Estados Unidos. O juro baixo e o excesso de crédito no mercado estadunidense foram um convite para o aumento do consumo nos EUA.

O estímulo à busca de financiamentos para a compra de casas próprias criou um *boom* imobiliário, principalmente entre a população de baixa renda estadunidense. Para financiar esses novos compradores, os bancos captavam recursos no mercado por meio da oferta de instrumentos financeiros atrelados às hipotecas de imóveis.

Por outro lado, os juros voltaram a subir nos EUA para combater o avanço da inflação. A alta dos juros provocou um aumento no valor das prestações das casas próprias, enquanto o preço dos imóveis inversamente começou a cair. A inadimplência aumentou e os títulos que eram garantidos pelas hipotecas perderam valor.

Em setembro de 2008 foram verificados prejuízos bilionários aos bancos e até quebra de instituições financeiras, como a americana Lehman Brother. O governo estadunidense injetou dinheiro no sistema financeiro para evitar novas quebras de bancos ou fi-

nanceiras. Do outro lado do Atlântico, os governos da Alemanha, França, Espanha, Reino Unido e de Portugal, entre outros países, também anunciaram ajudas bilionárias aos bancos.

Com tal quadro a crise de confiança nos mercados foi inevitável, o que teve impacto, principalmente, na quantidade de dinheiro disponível em todo o mundo. Ou seja, devido ao medo de calotes, os bancos não quiseram mais emprestar dinheiro. Por isso, para conseguir empréstimos, empresas e também pessoas físicas passaram a pagar juros muito mais altos. O encarecimento do crédito paralisou os planos de investimentos das empresas e fez também com que a população diminuísse o consumo.

Menos investimento significa também menor capacidade de expansão das economias, pois as empresas não têm mais como financiar seu crescimento. O resultado direto foi a redução do emprego, o que, por sua vez, diminuiu a capacidade de consumo das pessoas. O cenário de crise persistiu até 2011 com o aumento dos efeitos da crise para países como a Grécia, Espanha, Portugal, Itália e até mesmo a França.

O mais emblemático foi a diminuição do *investment grade* da economia estadunidense pela agência Stand & Poor's (05/08/2011) de AAA para AA+⁶⁰. Nada que significasse uma hecatombe econômica, mas foi a primeira vez na história que os EUA foram rebaixados (*downgrade*). Uma sinalização que algo não estava dentro dos padrões.

Wallerstein, em artigo intitulado *Vinte anos para mudar o mundo*, declarou que:

A Standard & Poor's reduziu o rating de crédito dos Estados Unidos de AAA para AA+, outro fato "inédito". Mas isso é uma ação relativamente leve. A agência equivalente na China, Dagong, já reduziu a credibilidade dos Estados Unidos para A+ em novembro, e agora para A-. O economista peruano Oscar Ugarteche declarou que os Estados Unidos se tornaram uma

“república de bananas”. Ele diz que o país “escolheu a política do avestruz, como modo de não perder as esperanças [de melhora]”. Em Lima, nessa última semana, o encontro dos ministros de Finanças dos países sul-americanos discutiu medidas urgentes para isolar a região dos efeitos do declínio econômico dos Estados Unidos.⁶¹

Esse cenário de enfraquecimento econômico e geopolítico é que possibilita as “brechas” necessárias para o surgimento de contestações à primazia estadunidense. Ao longo da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, podemos observar algumas contestações mais enfáticas às tentativas dos EUA de impor seus interesses econômicos e geopolíticos a países como a Rússia ou China, e ao BRICS quando se refere à criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) - um possível concorrente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial sem o controle dos países centrais.

Na América Latina encontramos o caso venezuelano como um importante exemplo desse fenômeno desde o final do século XX e seus reflexos até o final da segunda década do século XXI. Nos próximos capítulos faremos uma análise da Venezuela e do BRICS.

Movimentos antissistêmicos no sistema-mundo

3.1 Os movimentos antissistêmicos como alternativa no sistema-mundo moderno: suas origens

Nos anos 1970, I. Wallerstein criou o termo “movimento antissistêmico” para aglutinar dois tipos de movimentos históricos e populares originados na segunda metade do século XIX, mas ao mesmo tempo rivais: os “sociais” e os “nacionais”⁶².

Os “movimentos sociais” estariam ligados aos partidos socialistas e aos sindicatos, cujo objetivo era acirrar as lutas de classes no interior de cada Estado. Os “movimentos nacionais”, por outro lado, estavam inseridos inicialmente na construção de Estados-nacionais como, por exemplo, o caso italiano (século XIX) e, mais à frente, no processo de descolonização no pós-guerra, cujo objetivo, por parte das nações africanas e asiáticas, era a busca pela independência em relação às Metrôpoles europeias.

Em *Antisystemics Movements*⁶³, os movimentos antissistêmicos haviam se organizado sob cinco aspectos até os anos 1960:

Primeiro, a oposição à opressão tem sido uma constante do sistema mundial moderno. Contudo, antes de meados do século XIX, essa oposição era de curto prazo e ‘espontânea’ e, como tal, amplamente ineficaz no nível do sistema. Essa inovação teve importantes repercussões na dinâmica do sistema capitalista mundial [...].⁶⁴

Segundo Arrighi, Hopkins e Wallerstein, o primeiro aspecto seria a constatação que a opressão como forma de controle efetivo dos movimentos antissistêmicos foi perdendo sua eficácia no processo político do sistema-mundo capitalista no final do séc. XIX e início do séc. XX. O aspecto pilar se fundou nos séculos XIX e XX na perspectiva marxista do conflito entre classes sociais. Os movimentos sociais estariam dispostos a “substituir o capitalismo pelo socialismo”⁶⁵.

O terceiro aspecto estava baseado na ideia que os movimentos sociais controlariam os Estados. O quarto aspecto constituinte dos movimentos contra-hegemônicos ocorreriam em função da falência das políticas públicas nos Estados menos desenvolvidos, o antigo “Terceiro Mundo”⁶⁶. E, por fim, o quinto pilar: a inserção social das classes menos favorecidas dentro do próprio sistema não garantiu as condições mínimas de sobrevivência digna para essas pessoas. Todos os pilares seriam uma decorrência dos seguintes dos fatores:

(a) uma capacidade reduzida dos estados do Primeiro e do Segundo Mundo para policiar o Terceiro Mundo; (b) uma capacidade reduzida de grupos de status dominantes nos países centrais (gerações mais velhas, homens, “maiorias”) para explorar/excluir grupos de status subordinados (gerações mais jovens, mulheres, “minorias”); (c) uma capacidade reduzida de estratos gerenciais para aplicar a disciplina trabalhista no local de trabalho e a busca global associada por “céus seguros” de três dessas disciplinas; (d) uma capacidade reduzida dos Estados de controlar suas respectivas sociedades civis e a crise associada de “burguesia” [...].⁶⁷

Dentro de uma perspectiva macrossistêmica os países centrais não teriam a capacidade de auxiliar os países periféricos rumo ao crescimento econômico ao mesmo tempo em que as elites dos

países menos desenvolvidos, por outro lado, não reduziram as tensões internas decorrentes das desigualdades sociais⁶⁸. Ambos os movimentos, nacionais e sociais, entraram em crise no final da década de 1960.

A revolução mundial de 1968 foi um importante marco na configuração dos novos movimentos antissistêmicos como afirma Wallerstein⁶⁹. Os objetivos perseguidos pelos movimentos no período anterior (a revolução socialista, por exemplo), não ocorreram. Pelo contrário, demonstrou-se um processo de burocratização dos partidos socialistas e o afastamento dos ideais revolucionários em quase todo o mundo.

Os movimentos antissistêmicos “clássicos”, por assim dizer, seriam substituídos por uma nova perspectiva a partir de 1968. Para Wallerstein, surgiram quatro tentativas de movimentos antissistêmicos. Foram elas: os “maoísmos”⁷⁰ entre 1960 e 1970, os “novos” movimentos sociais⁷¹, as organizações de defesa dos direitos humanos e, no final dos anos 1990, os movimentos anti-globalização.

Analisando este último movimento, os protestos ocorridos em Seattle em 1999, na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), tornaram-se um marco na construção de uma frente antissistêmica ao englobar sob uma única bandeira os movimentos sociais de diversos matizes e, ao mesmo tempo, grupos de atuação local e transnacional.

O fator aglutinador era o combate ao neoliberalismo e seus efeitos sociais nefastos que atingiram vários países do mundo, da Europa à América Latina. Mesmo assim, cada grupo manteve as suas especificidades imediatas. A unificação dos movimentos sob a bandeira antineoliberal ocasionou a criação do Fórum Social Mundial (FSM) que contou com um grande número de participantes desde então.

Para Wallerstein estaríamos vivendo numa época de manifestações antissistêmicas como decorrência da expansão das contradições e tensões do capitalismo em escala mundial⁷², especificamente em um período de “bifurcação e caos”⁷³ sob o ponto de vista sistêmico. Dessa maneira, tais manifestações seriam os “movimentos de libertação nacional, insurgências, proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas [...]”.⁷⁴ Os movimentos antissistêmicos apontam na atualidade com objetivos bem direcionados e, neste aspecto, Carvalho coloca que,

Desta forma, é possível constatar, *a priori*, que os movimentos antissistêmicos englobam, atualmente, uma série de manifestações anti-hegemônicas, numa luta incessante contra o capital e o modelo neoliberal, visando à busca de alternativas para a construção de uma nova estrutura social e uma redefinição na arena econômica e política.⁷⁵

Os movimentos antissistêmicos, sejam eles de micro ou macro-escalas, se deparam com um cenário de crise sistêmica e com uma realidade importante para a superação do atual sistema-mundo contemporâneo.

Se por um lado os grupos sociais se organizam ao redor de um “inimigo comum” como, por exemplo, o neoliberalismo ou a discriminação contra minorias, é possível visualizar, sob uma macro perspectiva, países que assumem uma postura também antissistêmica na arena internacional enfrentando a primazia da principal potência econômica e militar do mundo.

3.2 Os EUA e a América Latina: controle e rebelião

Para facilitar a compreensão da origem de uma atuação que possa ser qualificada como antissistêmica da Venezuela, faremos uma breve retrospectiva histórica da atuação diplomática e militar estadunidense sobre o continente.

A política externa de Washington para a América Latina, desde o final séc. XIX, sempre foi baseada na manutenção de governos subservientes aos seus interesses⁷⁶. A América Central e o Caribe sempre estiveram sob controle direto de Washington por estarem situadas sob o ponto de vista geoeconômico em sua “periferia imediata”. A América do Sul, por outro lado, se configuraria como uma “periferia distante”.

Ao longo da história, Washington sempre trabalhou para manter o continente sob sua área de influência, como assinala Santos⁷⁷:

Pode dizer que os interesses norte-americanos na região sempre se moveram de acordo com suas preocupações em relação à segurança nacional, às políticas domésticas e aos interesses econômicos de suas empresas, configurando uma história de mudanças periódicas e cíclicas, com continuidades e modificações dependendo de variáveis como o volume de negócios, o grau de adesão das elites latino-americanas, a resistência de vários segmentos latino-americanos, a importância de um determinado país no sistema de segurança hemisférica, etc. Por essas razões que a diplomacia estadunidense nem sempre tratou as distintas regiões da América Latina de forma homogênea.

Se no século XIX a preocupação era com os “forasteiros” europeus, no século XX foi a Guerra Fria. O principal inimigo passou a ser o comunismo e seus “representantes” no continente. Sob a

desculpa de combater a “ameaça comunista”, Washington implementou, pós-1945, uma nova ofensiva de desestabilização política contra governos latino-americanos que apresentassem medidas ou posições qualificadas como “antiamericanas”. Vale ressaltar que as “medidas antiamericanas” poderiam ser qualquer atitude de defesa dos interesses econômicos, políticos etc., da própria nação acusada, tal como, por exemplo, a proteção de sua indústria.

Sob o ponto de vista histórico, essa postura intervencionista ganhou forma na administração de Theodor Roosevelt (1901-1909), que abandonou o “isolacionismo estratégico”. O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, em 1904, permitiu a Washington o direito de intervenção e interferência em toda a América Latina. Os países latino-americanos deveriam ser “comportar de maneira correta”, caso contrário sofreriam a atuação estadunidense direta (invasões) ou indireta (pressão política e/ou econômica). O país defensor da democracia demonstrava para o mundo o quanto eram importantes os seus “valores democráticos”. Na prática:

O Corolário Roosevelt consagrou a diplomacia do Big Stick que envolve a utilização de intervenções militares estratégicas no sentido de garantir interesses econômicos, políticos e de segurança no continente. Trata-se de uma diplomacia agressiva, envolvendo métodos de força bruta e até mesmo a derrubada de governos.⁷⁸

Contudo, a atuação estadunidense já ocorria antes do Corolário Roosevelt, mais precisamente em 1898. A Guerra Hispano-Americana proporcionou a supremacia de Washington sobre Cuba, Filipinas e Porto Rico. O Haiti, em 1902, já havia sido obrigado pelos EUA a pagar sua dívida aos credores do Velho Mundo.

Neste mesmo ano foi aprovada a Emenda Platt, que permitia aos EUA a intervenção direta em Cuba caso a situação política não agradasse a Washington.

No ano seguinte, o Tio Sam atuava na separação do Panamá da Colômbia. Isso abriria o caminho para o controle estadunidense sobre o Canal do Panamá. Em 1903, os EUA “ganharam” o direito de instalar uma base militar em Guantânamo (Cuba). Do final do século XIX até os anos 1930, o Caribe e a América Central sentiram literalmente o “porrete” estadunidense sobre suas cabeças: Costa Rica, Cuba, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.

No pós-guerra, quando a ideologia socialista ganhou força no então chamado Terceiro Mundo, os estadunidenses colocaram em andamento sua política intervencionista. Com o avanço dos movimentos sociais e políticos na região cobrando mudanças nas arcaicas estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos, a política externa de Washington tornou-se mais incisiva e agressiva.

A possibilidade de ascensão de grupos políticos fora do tradicional espectro de direita ocasionou intervenções militares estadunidenses marcantes na América Latina. Entre elas a intervenção na Guatemala, em 1954, onde a CIA derrubou Jacob Arbenz; dez anos depois outra intervenção, agora no Panamá. Em 1965 foi a vez da República Dominicana ser invadida e, depois, talvez a mais importante de todas as intervenções, agora “política”: a derrubada de Salvador Allende em 1973 pelo golpe de estado de Augusto Pinochet, com atuação direta da CIA.

Vale mencionar ainda a participação dos EUA nos golpes militares da Argentina (1962, 1966 e 1976); na Guatemala, Equador e Honduras (1963); no Brasil (1964), Chile e Uruguai em 1973. Com a Revolução Cubana de 1959, a contrainsurgência patrocinada pelos EUA ganhou níveis elevados, principalmente com o finan-

ciamento do aparato repressivo na América Latina.

Não devemos esquecer a atuação de Washington⁷⁹ em parceria com os contras na Nicarágua, a partir de 1979, e em El Salvador (década de 1980), quando a Frente Farabuto Martí de Libertação Nacional (FMLN) contou com oposição militar ferrenha patrocinada pelos EUA, cujas tropas ficavam alojadas na fronteira hondurenha.

Com a redemocratização do continente, a partir dos anos 1980, e a diminuição do “ímpeto comunista” por meio do assassinato e repressão em massa dos opositores, o controle dos EUA começou a afrouxar. A chegada de Mikhail Gorbatchov ao poder na URSS, e a colocação em prática da Perestroika (Reestruturação) e da Glasnost (Transparência), foram recebidas com entusiasmo por Washington.

Com a renúncia de Moscou em apoiar novos governos a ser tornarem comunistas, ou pelos menos apoiar os movimentos que fossem bem-sucedidos, os EUA notaram que ficariam com o controle geopolítico da América Latina. Em tempos de pós-Guerra Fria, a região começou a perder sua importância (se é que o foi realmente efetivamente alguma vez), e os EUA direcionaram-se para o Oriente Médio, região rica em petróleo, e de grande importância estratégica.

Com a transição para a democracia em todo o continente nos anos 1980, a Esquerda latino-americana começou a se reorganizar para a luta institucional que começaria a ocorrer na década seguinte. A eleição de George W. Bush (2001-2009) e a sua preocupação total com o Oriente Médio permitiram a ascensão política da Esquerda em toda a América Latina⁸⁰.

A vitória dos governos progressistas também deve ser compreendida como um processo natural da falência do neoliberalismo no continente. Os efeitos foram analisados no capítulo anterior.

Como resultado histórico, o legado deixado pelos EUA com a

sua política externa intervencionista marcou profundamente a vida social, política e econômica latino-americana. Deste modo, é inevitável que os governos que se configuram como antissistêmicos levem em consideração esse passado intervencionista histórico e procurem diminuir ou até mesmo romper com a influência estadunidense.

3.3 Um exemplo antissistêmico: a Venezuela de Hugo Chávez

A utilização da teoria gramsciana para explicar o papel da Venezuela está baseada no seu trabalho pioneiro e de renovação da análise do capitalismo sob as perspectivas política e social. Entendemos como “renovação” uma abordagem que agrega à “questão econômica” aspectos sociais e políticos para a compreensão da sociedade capitalista dentro dos marcos do materialismo-histórico.

A consolidação do seu bloco histórico na sociedade venezuelana permitiu a Hugo Chávez (1954-2013) alçar novos voos no cenário internacional. Por apresentar um papel proativo no que tange à sua desenvoltura no cenário internacional e latino-americano, a Venezuela passou a desempenhar um papel antissistêmico.

O caráter antissistêmico venezuelano refere-se a sua postura anti-imperialista, antiamericana e “piemontesa”. O “fator piemontês” deriva do processo que ocorreu com o Estado do Piemonte durante a unificação italiana, no século XIX, e foi analisado por Antonio Gramsci⁸¹. Na prática, a *função piemontesa* corresponderia a um Estado que toma as rédeas do processo, deixando em segundo plano as iniciativas originadas pelos grupos sociais.

Como assinalou Gramsci, “A função do Piemonte no *Risorgimento* italiano é a de uma ‘classe dirigente.’”⁸² O pensador italiano, ao analisar a realidade da formação do novo Estado na-

cional italiano, apontou a existência de núcleos políticos que não eram na realidade dirigentes e nem queriam tal função. Segundo Gramsci, “[...] queriam que uma força nova, independentemente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte [...].”⁸³

O Piemonte foi comparado por Gramsci⁸⁴ a um “partido” — desempenhando tal função. Ao olharmos o atual processo de atuação da Venezuela chavista, principalmente enquanto Hugo Chávez esteve vivo, defendemos que o país possuiu uma perspectiva muito próxima na América Latina: uma nação que atuou como um “líder”, um Estado com essa função. Ou seja, o que denominaríamos uma *Venezuela Piemontesa*⁸⁵.

Como exemplo tivemos a liderança da Venezuela na América Latina dentro da Aliança Bolivariana para as Américas — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), com os países membros passando a aceitar as diretrizes econômicas e ideológicas do país, renegando a tradicional influência oriunda de Washington.

Outro conceito importante utilizado pelo pensador italiano em sua elaboração teórica englobou também o processo de “revolução passiva”. Este conceito é de grande importância para o entendimento da *Venezuela Piemontesa*. Para Gramsci⁸⁶:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma “situação” ou um equilíbrio de forças, com o máximo de

valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas e especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político militar.

A revolução passiva corresponderia à atuação de líderes carismáticos que, em função da fraqueza política da sociedade para superar o *status quo*, tornaram-se os “guias” do processo de transformação sem a necessidade de revoluções sociais clássicas. A participação de Hugo Chávez⁸⁷ estaria então, em nossa perspectiva, incluída no processo de transformação da Venezuela como revolução passiva. Apesar das lutas políticas ocorridas na Venezuela durante toda a história, somente Chávez conseguiu de forma personalista alterar a correlação de forças historicamente favoráveis às elites venezuelanas.

Gramsci também avaliou a “orientação política” das revoluções passivas. Para o autor poderiam ser reacionárias ou progressistas. O tutelamento dos movimentos sociais por líderes ocasionaria o surgimento do *cesarismo* (líderes com grande força política) ou o *transformismo* (por meio de da formação de alianças políticas de amplo espectro)⁸⁸.

O caso venezuelano se aproximou mais do *cesarismo* progressista ao estabelecer uma linha de atuação política que tem como objetivo satisfazer os anseios da população mais pobre do país e criar um novo paradigma político para a Venezuela. A sua atuação no cenário continental, bem como sua influência na política doméstica de vários países da região, demonstrou o interesse de Chávez de criar um ambiente favorável para o seu plano geopolítico, antissistêmico e antiamericano.

O que demonstrou o caráter antissistêmico da Venezuela foi a formulação de uma “contra-agenda” de caráter tanto regional como global, que estava baseada em quatro pontos, sendo eles:

- A busca de uma ordem multipolar;
- A promoção da democracia participativa como modelo;
- Ênfase na integração regional sem a influência dos EUA e
- Uso da capacidade energética do país como instrumento de sustentação geopolítica.

Acrescentamos aos quatro pontos acima mais um: a influência ideológica. Com a utilização do legado teórico e político de Simon Bolívar e da proposta do “socialismo do séc. XXI”, a Venezuela forneceu uma alternativa ao *status quo* econômico e político continental.

A Venezuela passou a liderar vários países na América Latina valendo-se de sua grande capacidade econômica derivada do petróleo. A sua “diplomacia petroleira” permitiu uma maior desenvoltura para colocar em prática o seu projeto geopolítico. Apesar dos países “liderados” possuírem uma pequena ou nula influência na geopolítica latino-americana (como por exemplo, Cuba, Equador e Bolívia) tal liderança passou a apontar para uma “divisão de poder” no continente a partir de uma retórica anti-imperialista.

O que chamaríamos de postura proativa, para a Venezuela liderada por Hugo Chávez, deve ser entendida dentro de uma perspectiva de atuação mais incisiva na América Latina e de enfrentamento aos EUA. Logicamente sabemos das dificuldades e das contradições de um projeto de tal natureza - faremos uma análise detalhada no próximo capítulo sobre o tema. Contudo, apesar de tais dificuldades é possível estabelecer uma linha de atuação dialética que permitiu à Venezuela colocar em prática o seu modelo.

3.4 A política externa de Chávez: uma visão geral

A compreensão da atuação antissistêmica da Venezuela está relacionada ao desenvolvimento da política externa levada a cabo pelo governo Hugo Chávez. O papel venezuelano no cenário internacional foi motivo de inúmeras análises favoráveis ou contrárias de especialistas no período⁸⁹.

A política externa de Caracas provocou grande preocupação em Washington e nas elites conservadoras latino-americanas pela postura proativa e desafiadora da República Bolivariana ao tradicional *status quo* regional comandado pelos EUA. Entre 1999 e 2013, o país construiu um arco de alianças estratégicas que aumentou a sua atuação no cenário internacional e o seu prestígio. Ao mesmo tempo, ocupou o vácuo político deixado por Washington no período. Na prática,

Venezuela ha emprendido una política exterior que tiene como uno de sus objetivos centrales construir una política de alianzas, en particular una política de alianzas anti-estadounidense que se define como el instrumento central para disminuir la dependencia de Estados Unidos, para impulsar un nuevo mapa geopolítico internacional y para impulsar un nuevo liderazgo mundial.⁹⁰

Não devemos esquecer que a atuação mais “desafiadora” da Venezuela (bem como de outros governos), na América Latina, refletiu o enfraquecimento da posição ideológica e política dos EUA, principalmente durante a administração George W. Bush.

Sob o Pacto de Punto Fijo⁹¹, a Venezuela manteve o seu processo democrático livre da ingerência direta estadunidense, ao mesmo tempo em que se manteve alinhada a Washington, principalmente no combate ao comunismo. Como assinalam Saraiva e Briceño

Ruiz,

[...] A política externa venezuelana foi expressão do sistema de conciliação de elites que, no cenário internacional, propunha objetivos similares aos que o Pacto de Punto Fijo buscava a nível doméstico. Isto explica a permanência de metas como o compromisso com a consolidação da democracia, a constante busca da conciliação, do consenso e do compromisso, e a consciência de interdependência, especialmente em relação aos Estados Unidos. [...] ⁹²

Voltando um pouco no tempo, Visentini assinalou que a Venezuela, durante o seu desenvolvimento histórico, enfrentou alguns problemas com a população pequena e mal distribuída em seu território, bem como o predomínio da atividade agrária. Tais aspectos dificultaram a formação de uma política externa coerente e de projeção. Para Visentini,

[...] a Venezuela foi um ator bastante modesto nas relações internacionais, perdendo, inclusive, boa parte do território nacional para os Estados vizinhos e para a potência colonial inglesa, por meio de da demarcação desfavorável das fronteiras contestadas. ⁹³

A riqueza petrolífera é um bem que coloca a Venezuela em uma situação privilegiada e, a partir dos anos 1960, proporcionou ao país as condições necessárias para manter sua autonomia. O petróleo foi descoberto em 1878 na província de Táchira. No início do século XX, o consórcio Royal Dutch Shell deu início à exploração petrolífera no lago de Maracaibo, abrindo a exploração do petróleo venezuelano às empresas estrangeiras. Apesar das facilidades administrativas e fiscais, o Estado venezuelano manteve-se como dono de toda a riqueza. No final de 1920, a Venezuela produ-

zia 137 milhões de barris de petróleo contra quase 1,5 milhão de barris do início da década. O país tornou-se o segundo produtor mundial, atrás dos EUA.

Sob o ponto de vista histórico, a diplomacia venezuelana foi influenciada pela sua posição colonial e periférica na estrutura espanhola. Assim, o petróleo contribuiu para reverter esse quadro, pois o recurso:

[...] ha sido el principal vehículo para la inserción de Venezuela en las relaciones internacionales contemporáneas. Este factor ha promovido a su vez una cultura política considerada como reguladora de la actividad privada, promotora de la dependencia de la sociedad del Estado y vulnerable ante las oscilaciones de los precios del barril del petróleo.⁹⁴

A farta disponibilidade de petróleo transformou o país no principal exportador continental da matéria-prima, e os governos pré-chavistas sempre viram a política externa regional como “um instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com os países centrais, em particular os EUA”⁹⁵. Gratiús e Fürtig assinalaram a real dimensão da Venezuela bolivariana. Segundo eles:

Venezuela is the only petro-state in Latin America and sixth largest oil producer in the world. Oil has been the main resource to finance Hugo Chávez fourth “Bolivarian Republic” of Venezuela based on a strong state and centralization of politics in the hands of president. Under his presidency, Venezuela developed regional and even global power ambitions for the first time in its history, despite the country’s limited size and power resources.⁹⁶

No século XX, a política externa venezuelana pré-chavista caracterizou-se pela sua atuação no Movimento dos Países Não Alinhados⁹⁷ e por uma autonomia diplomática considerável, ao mesmo tempo logrando boas relações com os EUA⁹⁸. Como afirmou Carlos A. Romero,

A raíz de la restauración de la democracia en el país en el año 1959, los gobiernos de Acción Democrática y de COPEI sostuvieron una diplomacia activa que llevó a muchos a pensar que se sobredimensionaba la presencia mundial venezolana, por la actuación en las Naciones Unidas, por la participación de Caracas en la creación y desarrollo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, OPEP, y por el impulso al mecanismo de integración económica y comercial conocido como el Acuerdo de la Junta de Cartagena, (hoy denominada como la Comunidad Andina de Naciones). A esto se le debe agregar el acercamiento de Venezuela al Movimiento de Países no Alineados y la procura de un nuevo orden internacional y de un diálogo Norte-Sur.⁹⁹

Segundo o analista, não haveria necessariamente nenhuma postura nova na atual política externa bolivariana como podemos observar acima. A Venezuela sempre possuiu uma autonomia considerável na elaboração de sua atuação internacional desde 1959. Contudo, o autor enfatiza que:

A nuestro entender, Venezuela atraviesa una “situación revolucionaria”, lo que lleva a que la política exterior del gobierno del presidente Chávez no sea la misma de los que le precedieron. En efecto, el activismo de Venezuela se observa de manera tridimensional: en el manejo de las relaciones bilaterales, de las relaciones multilaterales y de las relaciones transnacionales.¹⁰⁰

Em linhas gerais o “ativismo” da política externa venezuelana atual é uma característica desde os anos 1960. O que teria “mudado” é a forma como a Venezuela procura a sua inserção internacional nos últimos anos sob o governo Chávez. A política externa posta em prática a partir de Caracas configura-se como¹⁰¹:

[...] un modelo político que se sustenta en la construcción de una visión del mundo en donde el enfoque “amigo-enemigo” de la política, el uso indiscriminado de la tesis sobre la “voluntad de la mayoría” y el afán de promocionar un “paquete ideológico” radical, se han mezclado con tradiciones nacionales con el activismo internacional y el presidencialismo, en una oferta que ha contado con un poderosos verbo y una capacidad de gasto público que contempla importantes programas sociales.

Saraiva e Briceño Ruiz também observaram que entre 1958 e 1988 a atuação internacional dos governos venezuelanos foi restrita por ocasião de sua condição democrática, de país ocidental e produtor de petróleo. Assim,

[...] Estes fatores determinaram as prioridades geográficas de sua política externa, na qual os Estados Unidos aparecia como um parceiro natural na defesa da democracia e com o qual a Venezuela poderia partilhar uma estratégia assistencialista no Caribe com vistas a evitar a expansão do Comunismo. [...] ¹⁰²

Em nossas análises, a política externa venezuelana não deve ser compreendida por meio de da abordagem utilizada por Carlos A. Romero, que contempla a ideia de um binômio “amigo-inimigo” para a movimentação do país no sistema internacional. Mas sim de fatos. O “inimigo” no cenário internacional e lati-

no-americano da Venezuela chavista tornou-se claro: os EUA, principalmente pelo apoio dado ao fracassado golpe de Estado em 2002. Devemos assinalar que o imperialismo estadunidense sempre atuou na construção de uma dimensão antidemocrática da América Latina, apesar da ideologia propalada dizer o contrário.

O apoio aos golpes militares e todos os tipos de ação colocados em prática por Washington na perspectiva de impedir a ascensão de movimentos sociais progressistas (se levarmos em conta somente o século XX), por si só, colocam os EUA senão como “inimigos”, mas como obstáculo concreto para a democracia na América Latina¹⁰³. Contudo, por mais que tal afirmação soe como um discurso “esquerdista”, como certamente apontaria os setores liberais, a história latino-americana mostra o quanto foi nociva a atuação dos EUA, colaborando contra a construção de sociedades realmente mais justas e democráticas.

De realmente novo na Venezuela, em nossa concepção, teria sido um governo de esquerda sem nenhuma ligação com as tradicionais oligarquias venezuelanas e seus interesses particulares, além da vinculação ideológica e política com Washington. Outro aspecto importante foi a conduta coerente da Venezuela na criação de um bloco de países que estiveram abrigados em uma organização, a Aliança Bolivariana para as Américas – Tratado de Amizade dos Povos (ALBA-TCP), que seguiu um projeto político e ideológico coerente (o bolivarianismo e a perspectiva de construção do chamado “socialismo do séc. XXI”), hoje em colapso. Concordamos com Carlos A. Romero quando ele assinala que:

Pero hay otro proceso histórico que sí es novedoso: la llegada de un gobierno de izquierda al poder en Venezuela en 1999, que ha mantenido el activismo internacional de los gobiernos anteriores, profundizando su presencia mundial y apoyándose en las corrientes radicales de izquierda, mar-

xistas y no marxistas que como un todo se han presentado como un pensamiento diferente a las ideas liberales. Por ello, la consolidación de la experiencia chavista ha originado una política exterior bifrontal, basada en su poder económico y en su compromiso revolucionario.¹⁰⁴

A Venezuela, enquanto ator interestatal, em nossas análises, se enquadrrou na posição antissistêmica ao se opor às imposições originadas a partir do centro sistêmico do capitalismo sob a liderança dos EUA. A tentativa de manter o “controle” do país para facilitar a manutenção das elites venezuelanas por meio de sabotagem econômica e política para garantir as facilidades por meio dessa “troca de favores”, por exemplo, levou ao aprofundamento do chavismo. O cenário pós-Guerra Fria sem o socialismo (real) soviético e suas derivações como modelo a ser seguido em oposição ao capitalismo chegou ao fim. Contudo, as contradições que proporcionaram o surgimento dessa realidade (o socialismo real) ainda estão presentes como a desigualdade social e pobreza endêmica, tanto no âmbito interno como internacional.

Foram as condições históricas que permitiram um ambiente doméstico de apoio a Hugo Chávez, facilitando colocar em prática sua política externa. No início do século XXI, Hugo Chávez deu início a uma alteração da política externa venezuelana que contempla em nossa visão os seguintes pontos:

- Aumento da influência ideológica, por meio da divulgação de uma “visão latino-americana” de mundo e difusão dos “valores bolivarianos”¹⁰⁵;
- Liderança nas posições antiamericanas nos fóruns internacionais;
- A defesa de um mundo multipolar sem a supremacia estadunidense;
- Criação de um bloco econômico (ALBA-TCP) que apresentou fortes componentes de sinergias política e social;

- Utilização natural dos recursos “petróleo” para alcançar um papel proeminente no processo integração financiando os países que se incorporam ao processo.

Logicamente tratou-se de um enfrentamento à agenda hemisférica estadunidense que inevitavelmente provoca choques entre Washington e o Palácio de Miraflores. O projeto bolivariano foi extremamente coerente na criação de novas formas de atuação no sistema internacional com a diminuição da influência dos EUA no continente e o novo posicionamento da Venezuela no cenário internacional no período¹⁰⁶. Como assinalou o então chanceler do país Nicolás Maduro:

Nosotros sabemos que la conquista del mundo pluripolar depende en buena medida de la articulación de nuevos liderazgos que hay en el Sur. Una articulación concreta, en base a esos proyectos, en base a construcción del Banco del Sur, la nueva arquitectura financiera del desarrollo de los países del Sur, en base a la construcción de un nuevo modelo de comercio justo entre las naciones, en base de un nuevo modelo de intercambio de tecnología y de reindustrialización de los países del Sur, en base a una nueva concepción de integración políticos. Sabemos que esos liderazgos están a prueba y sabemos que el gran reto es que tengan éxito en la construcción de los elementos que a nivel financiero, comercial, político, substituían la hegemonía imperialista que ha sometido a nuestros países y que está profundamente agotada.¹⁰⁷

A demonstração desse papel pode ser visualizada com as propostas de reaparelhamento das Forças Armadas levado a cabo por Hugo Chávez e o aumento da sua influência na vida econômica, e que hoje constitui o principal pilar para a manutenção Nicolás Maduro ainda no comando do país. Torna-se importante

fazer algumas considerações sobre a compra de armamentos por parte da Venezuela, por parte de Chávez.

Defendemos a ideia de que a Doutrina Bush acelerou o “imperativo” venezuelano para o reaparelhamento de suas Forças Armadas no período¹⁰⁸. A criação da “guerra preventiva” contra “inimigos” e “não colaboradores” na Guerra ao Terror consubstanciou-se na perspectiva de defesa de países que foram incluídos na categoria de *rogue states* (Irã e Iraque, por exemplo) e da própria Venezuela bolivariana. No caso venezuelano poderíamos explicar o alto volume de compras de material bélico para a modernização de suas defesas contra os EUA. Para Albarnaz,

[...] as motivações venezuelanas [dividem-se] entre evidentes e latentes. Os motivos evidentes ou as justificações do governo são: preparação para uma guerra assimétrica com os EUA, relacionado à convicção de Chávez e, conseqüentemente, o fortalecimento das fronteiras com a Colômbia, aliada dos EUA e potencial inimiga, e a diversificação dos fornecedores militares; e a necessidade de reposição de equipamentos obsoletos. Os motivos latentes, os que mais influenciaram na decisão venezuelana são dois: manutenção da base de sustentação de Chávez (que garante sua liberdade política) composta por uma coalizão do forte setor militar e do setor civil; e a ampliação do seu poder político na região, a busca por uma hegemonia regional.¹⁰⁹

Como “efeito colateral”, nunca é demais assinalar que com tal volume de compras as elites latino-americanas e Washington acenderam o “sinal vermelho” para um possível “imperialismo venezuelano” na região na época. No Brasil, a mídia conservadora tratou de enfatizar o perigo de Hugo Chávez com a sua compra de armas. Na época senador e ex-presidente brasileiro, José Sarney (1985-1990) escreveu um artigo no jornal Folha de SP abordando o

“perigo da compra de armas” pela Venezuela¹¹⁰.

Declarações como essa, incoerentes com a realidade dos fatos à época, refletiam a opinião de especialistas e políticos conservadores nos EUA. A mídia apontou para uma possível “corrida armamentista” começando a vigorar que a América do Sul estaria entrando. O fato concreto é que para poder atuar com desenvoltura no seu papel antissistêmico, Chávez teve que criar um enfrentamento simbólico e geopolítico contra o EUA, como forma de marcar a sua posição no sistema-mundo contemporâneo e fornecer uma possível alternativa na América Latina à influência de Washington.

Fora do continente, além da Rússia, Hugo Chávez fez visitas à Líbia, Irã, Iraque, entre outros, desde que assumiu o governo no final dos anos 1990. Países que na época eram governados por inimigos históricos do EUA como, por exemplo, Saddam Hussein (Iraque), Mahmoud Ahmadinejad (Irã) ou Muammar Kadafi (Líbia). Seu objetivo era “marcar posição” e ganhar projeção internacional, principalmente em relação aos EUA. O fato é que Chávez ganhou as manchetes internacionais por essa postura e reprovação por parte de Washington.

A parceria com os russos, por exemplo, foi inevitável, dado ao fato de eles não aceitarem as pressões estadunidenses por qualquer tipo de embargo à venda de armas aos venezuelanos. A cooperação militar com os russos envolveu exercícios militares navais conjuntos em 2008, quando chegaram ao Caribe dois bombardeiros estratégicos Tu-160 (conhecido como Blackjack) e Tu-95MC, o cruzeiro nuclear “Pedro, o Grande” e a fragata Almirante Chabanenko, entre outros navios de escolta. Desde a Crise dos Mísseis de 1962, não havia tamanha presença militar estrangeira no Caribe.

Sob o governo Maduro, a presença russa manteve-se atuante no apoio ao regime. Em dezembro de 2018, as forças aéreas dos dois

países fizeram manobras conjuntas contra uma eventual agressão estadunidense¹¹¹. Em março de 2019, dois aviões russos (passageiros e militar) chegaram a Caracas com material bélico¹¹².

A influência venezuelana na América Latina ocorreu não só no campo político, mas também no setor econômico por meio da concessão de generosa ajuda a todos os aliados ou países que fossem simpáticos ou estivessem próximos da proposta bolivariana enquanto os preços elevados do petróleo ajudaram. Tratou-se do mesmo mecanismo colocado em prática pela Casa Branca ao longo do tempo.

A Argentina, outro exemplo, apesar de não possuir uma postura que possa ser classificada de alinhamento à política venezuelana desenvolvida na região durante a primeira década do século XXI, encontrou um grande aliado quando necessitou de ajuda econômica.

Antes de deixar o governo, em 2007, o presidente Néstor Kirchner contou com a ajuda financeira de Hugo Chávez. A Argentina emitiu USD 500 milhões em títulos Bônus do Governo Nacional (Boden) com vencimento em 2015. O país pagou uma taxa de juros de 10,43%, considerados dentro da margem praticada pelo mercado segundo os analistas¹¹³.

A transação foi de grande importância para os argentinos, já que o país não contava até então com boa avaliação da comunidade financeira internacional após declarar que não pagaria a sua dívida em dezembro de 2001, mesmo com a renegociação posterior. Entre 2005 e 2007, a Venezuela já havia comprado USD 5,6 bilhões em títulos argentinos¹¹⁴. Em 2008 a Argentina voltou a emitir títulos da dívida pública (Boden) 2015 totalizando USD 1,461 bilhão para vendê-los diretamente à Venezuela. Somando os títulos comprados em 2005, a Venezuela já havia comprado USD 7,802 bilhões em bônus soberanos argentinos¹¹⁵.

A importância da ajuda venezuelana à Argentina pode ser

avaliada pelo agradecimento público feito pela então presidente Cristina Kirchner, em janeiro de 2009, em visita a Caracas. Segundo ela, “é importante dar esse reconhecimento, além das convicções, das visões comuns que nos unem em relação aos destinos de nosso continente”¹¹⁶. Na ocasião, a presidente argentina ainda agradeceu a ajuda venezuelana de USD 85 milhões à cooperativa de laticínios Sancor, que estava em processo falimentar. Essa ajuda permitiu manter o controle da empresa em mãos do capital nacional. Em troca, a Sancor passou a fornecer leite em pó e tecnologia no setor para os venezuelanos¹¹⁷.

A presidente Cristina Kirchner ainda declarou na oportunidade que

[...] a república irmã ajudou o país quando a Argentina precisava ter acesso ao mercado de capitais por causa de uma moratória que não foi declarada pelos governos que vieram depois de 2003.¹¹⁸

A atuação venezuelana transcendeu aspectos meramente políticos. Existiu um projeto que foi colocado em prática e que apresentou um relativo sucesso na criação de um ambiente favorável para a política externa da Venezuela durante a era Chávez. Identificamos em nossas análises a existência de duas ações do projeto chavista para pôr em prática seu projeto antissistêmico chavista: o primeiro estava relacionado ao aumento de sua influência política e ideológica sobre a América Latina, e o segundo a sua atuação internacional para ganhar maior visibilidade e projeção.

Contudo, o fim do *boom das commodities* (2009) e a morte de Hugo Chávez em 2013 abreviaram o projeto chavista de criar um contraponto (com os devidos parâmetros) à influência dos EUA na América Latina. Com a queda dos preços do barril do petróleo

que impactou diretamente a economia e com seus reflexos sobre os investimentos sociais, o sucesso do modelo bolivariano não aconteceu.

Nicolás Maduro manteve-se no poder mediante uma série de manobras judiciais e políticas, bem como na repressão à oposição antichavista. Mesmo em meio a uma das piores crises da história venezuelana, o apoio das Forças Armadas garante o controle do regime sobre o país.

No cenário regional e internacional, o cerco político ao regime aumentou, principalmente após a chegada de Jair Bolsonaro (2019). Com uma política agressiva contra o governo de Nicolás Maduro, o Brasil acelerou o isolamento do governo Maduro no continente (a Venezuela já havia sido suspensa do Mercosul em 2016, por exemplo) ao lado do governo de Mauricio Macri (2015-2019). Da Europa e de Washington aconteceu o mesmo, sendo que do governo Donald Trump ocorreram uma série de medidas econômicas que provocaram a asfixia do país.

Por outro lado, o apoio de Moscou e Pequim garante uma legitimidade no cenário internacional para o regime de Maduro. A Rússia fornece material militar e assessoria, por exemplo. No lado chinês, são enviados medicamentos e alimentos para fazer frente ao embargo patrocinado por Washington.

O projeto antissistêmico iniciado por Hugo Chávez após o golpe de 2002 parece estar chegando ao fim, sendo Maduro possivelmente o último capítulo da atual novela venezuelana. Com uma crise econômica, social e política sem precedentes na história recente do país, a Venezuela bolivariana sobrevive mediante a associação entre o núcleo político de Nicolás Maduro e as Forças Armadas. Muito pouco para garantir o processo iniciado por Hugo Chávez no longo prazo. E vale ressaltar que o “projeto bolivariano” não existe mais sob o governo Maduro: trata-se somente de retórica governista. O que verificamos é um processo de pi-

lhagem financeira do Estado venezuelano que não tem nenhuma relação com aspectos ideológicos como pensam alguns setores da esquerda latino-americana, por exemplo¹¹⁹.

O BRICS: atuação antissistêmica

Em colaboração com Ricardo Luigi.

Tendo como base o declínio da influência geopolítica e econômica dos EUA nas últimas décadas, o surgimento de players importantes no início do século XXI e os questionamentos de suas posturas unilaterais, o BRICS alcançou uma perspectiva comum de mundo multipolar e multilateral para o enfrentamento dos problemas globais e da atuação estadunidense.

A despeito da descrença por parte do núcleo central do capitalismo, o BRICS ganhou projeção geopolítica de grande importância no início do século XXI. Os Estados que compõem esse bloco de poder detêm 26% do território, 42% da população e 14% do PIB mundiais, bem como contribuíram com mais de 50% do aumento do PIB mundial entre 2005 e 2010¹²⁰.

Para muitos analistas conservadores o BRICS não possuía nenhuma possibilidade de organizar uma agenda comum que envolvesse uma articulação de grande envergadura no cenário internacional. Contudo, a atuação de sino-russa é importante para o enfrentamento a Washington em suas posições de modelagem do mundo aos seus interesses.

A história do surgimento do BRICS é conhecida: a proposta original feita pelo economista Jim O'Neill, em 2001, por meio do relatório *Building Better Global Economic*, era uma forma de analisar de maneira conjunta tais economias pelo banco de investimento Goldman Sachs. Surgiu, assim, o acrônimo para as quatro maiores economias emergentes do mundo (Brasil, Rússia,

Índia e China), somou-se a África do Sul, em 2010, permitindo a configuração atual. A chegada da África do Sul para a “globalização” do grupo aumentou a sua representatividade dentro do mundo emergente¹²¹.

Apesar dessa ampliação ocorrida em 2010 e de por vezes se sugerir o ingresso de outros países no bloco (principalmente por iniciativas isoladas chinesas), o núcleo duro do BRICS está no chamado “triângulo estratégico” ou “núcleo duro” do RIC (Rússia, Índia e China). Brasil e África do Sul entram mais para cumprir a representação de potências regionais em seus (sub) continentes. A Índia poderia ser enquadrada no mesmo rótulo, mas suas projeções de crescimento e sua localização estratégica junto aos parceiros da Eurásia a diferenciam no momento de Brasil e África do Sul.

O BRICS deve ser analisado dentro de uma perspectiva de longo prazo, o seu caráter econômico e geopolítico frente ao combate da dimensão unilateral defendida por Washington. Deste modo, Immanuel Wallerstein tratou do BRICS em dois artigos, de 2013 e 2016, demonstrando preocupação quanto às aspirações geopolíticas e econômicas do bloco:

A crise estrutural do sistema mundial está se movendo muito rápido, e de muitas maneiras incertas, para assumir estabilidade relativa suficiente para permitir que o BRICS, como tal, continue a desempenhar um papel especial, geopolítico ou economicamente. Como a própria globalização como conceito, o BRICS pode se tornar um fenômeno passageiro.¹²²

Wallerstein (2013) chama a atenção para o fato de que a geopolítica não é a única coisa que importa, pois precisamos olhar para as questões domésticas dos países que compõem o BRICS, as relações entre os membros do bloco, e a relação dos membros do

grupo com os países externos ao bloco. A despeito de questões domésticas dos membros de segunda linha do BRICS, a liderança de chineses e russos no enfrentamento aos desejos de Washington de ganhar posições favoráveis no xadrez geopolítico mundial é de fundamental importância para nações que aspirem uma melhor posição no cenário internacional.

Se o sistema-mundo atual ainda está atrelado à primazia estadunidense do pós-Guerra Fria, tanto Rússia e China vêm procurando atuar de maneira antissistêmica no atual ciclo sistêmico de acumulação. Wallerstein tem razão ao assinalar isso. Ao contrário da Rússia e da China, que possuem historicamente um compromisso de unidade nacional, ou seja, uma clara definição sobre os papéis a serem desempenhados por seus Estados, o Brasil não costuma reconhecer suas atribuições como potência regional.

Na relação dos países do BRICS com o resto do mundo, há uma preocupação evidente com os rumos da globalização e com os efeitos no sistema da atuação dos EUA, algo que ficou claro na declaração final da décima cúpula do BRICS, realizada em 2018 na África do Sul. No texto final diz-se que

Nós reconhecemos que o sistema de comércio multilateral está enfrentando desafios sem precedentes. Nós reforçamos a importância de uma economia global aberta, permitindo que todos os países e povos compartilhem os benefícios da globalização.¹²³

Na relação entre os membros do bloco há um comércio intrabloco pouco expressivo e com poucos resultados sociais nos países que possam ser relacionados à participação no grupo, como demonstra Lobato, ressaltando que “isso pode ser atribuído à dificuldade de assumir compromissos para contextos nacionais

muito díspares com estruturas de sistemas de políticas sociais muito diferentes”¹²⁴. Entretanto, iniciativas como o NBD apontam para uma concertação ainda crescente intrabloco. O NBD, o “Banco do BRICS”, ainda pode acelerar a institucionalização do bloco, que até então funcionava mais como um fórum de discussões que como uma instituição formalizada.

A criação do NBD foi um processo que se iniciou com uma aproximação das pautas econômicas, na IV Cúpula do grupo, de 2012, em Nova Déli. O acordo de cooperação financeira firmado, entre os bancos de desenvolvimentos nacionais, foi o que proporcionou uma maior aproximação econômica entre os membros, criando o consenso entre os países para criarem o Banco do BRICS, na Cúpula de Durban, em 2013. O Banco foi criado formalmente na VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza em 2014. Segundo o Ministério de Relações Exteriores do Brasil (2019), “a criação do banco visou a responder ao problema global da escassez de recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura”.

O Banco vai ao encontro de uma necessidade de recursos tanto de seus países-membros quanto dos países em desenvolvimento, já que estes em geral recebem investimento muito inferior do necessário das tradicionais fontes de financiamento, e muitas vezes os governos nacionais não possuem capacidade para realizar tais obras. Além de sua importância econômica, NBD foi um passo importante para o processo de institucionalização do BRICS como um grupo formal, e não somente um grupo de consulta informal, onde não se tinham vínculos formalmente estabelecidos¹²⁵.

Ademais, a moeda que rege os depósitos é o dólar, porém o grupo tem a intenção de adotar uma cesta de moedas regionais para intensificar o intercâmbio comercial e financeiro, que poderá ser o início de um processo de “desdolarização” da economia mundial¹²⁶. Pode-se inferir que há uma tentativa de obtenção de uma maior autonomia devido ao fato das transações dos em-

préstimos não precisar passar pela moeda controlada pelos EUA, e comumente usada por outros bancos e Sistema Internacional. Uma perspectiva de ver o NBD é como uma criação para ajustar um sistema monetário e financeiro que não mais é adequado e não comporta as necessidades dos países-membros, sendo uma espécie de complemento ao FMI e às instituições tradicionais¹²⁷.

No Brasil, a criação do NBD foi recebida com frieza pelos especialistas, mesma recepção dada pela comunidade financeira internacional dos EUA e da Europa. A criação de um possível competidor no oferecimento de recursos financeiros sob bases mais justas que as oferecidas pelo FMI e/ou Banco Mundial alteraria o tradicional centro de poder monetário configurado desde o final da II Guerra Mundial. Como consequência, o centro geopolítico de poder seria alterado, acentuando o declínio do tradicional núcleo do capitalismo. A consolidação do NBD como uma alternativa real seria um ganho importante para a arquitetura geopolítica sino-russa de criação de outro polo geoeconômico.

Apesar desse cenário de incertezas, de crise do sistema-mundo com o declínio cada vez mais acentuado da primazia dos EUA, o BRICS tem um papel importante para oferecer uma alternativa em um cenário de readequação sistêmica, buscando ser um ator capaz de propor alternativas em meio a uma ordem que desmoro-na face ao rearranjo de poder na geopolítica global.

À guisa de conclusão

A análise dos movimentos antissistêmicos no âmbito das Relações Internacionais ainda se configura como algo novo. O que propusemos aqui foi uma (re) leitura da realidade e das relações internacionais fora da perspectiva tradicional. E, ao mesmo tempo, abrir caminho para uma análise mais “heterodoxa” de nossa realidade inter-estatal.

O pensamento anglo-saxão ganhou destaque nas universidades em todo o mundo nos últimos 100 anos, ao mesmo tempo em que surgiram outras perspectivas teóricas para analisar as relações internacionais que vêm se incorporando ao seu estudo desde os anos 1960. Contudo, nenhuma que possa rivalizar com a dimensão realista e todas as suas variações no que se refere à difusão. As novas abordagens ficam relegadas ao segundo plano na prática docente por serem cronologicamente as últimas a terem surgido na série dos Grandes Debates teóricos da disciplina e pela própria adesão, maior ou não, do corpo docente a tal perspectiva.

O ponto principal é que o centro sistêmico do capitalismo não analisa o sistema para alterá-lo ou transformá-lo, mas para mantê-lo. E alguns dos seus grandes nomes acadêmicos cumprem a sua função como corpo intelectual do *mainstream* da disciplina Relações Internacionais com generosos recursos governamentais e de empresas que financiam, por meio de *think thanks*, a publicação de livros, pesquisas, destaque na mídia etc. Na academia dos países periféricos do sistema, encontramos a predominância teórica desse *core* anglo-saxônico como marco analítico para compreender o papel do Brasil da América Latina no sistema

capitalista. Afinal, é o que os “grandes autores” defendem das Relações Internacionais.

Sem a menor autocrítica, esse conhecimento é reproduzido de maneira consciente (ou não) e vendido como a única forma “correta e científica” para analisar o complexo mundo das relações interestatais. E o que é pior: em universidades latino-americanas e do outrora Terceiro Mundo, salvo raras exceções. Na prática trata-se de “ver o mundo” a partir de “olhos” (interesses) do centro sistêmico capitalista sem levar em consideração quais são interesses do Brasil ou da América Latina, por exemplo. Trata-se do “estado da arte” da ideologia (ou *soft power*) que continua a se perpetuar.

Por outro lado, nos últimos anos, colegas latino-americanos vêm analisando a América Latina sob uma dimensão crítica frente aos tradicionais centros de poder. São eles: Marcelo Gullo, com seus livros *Insubordinación y Desarrollo — Las Claves del Éxito y el Fracaso de la Naciones* (2012) e *A Insubordinação Fundadora — Breve História da Construção do Poder pelas Nações* (2014), ao lado de Alejandro Simonoff e José Briceño Ruiz, com *Integración y cooperación regional en América Latina — Una relectura a partir de la teoría de la autonomía* (2014), procuram situar a América Latina dentro da atual dinâmica das Relações Internacionais.

Acreditamos que o declínio econômico e geopolítico dos EUA abre uma janela de oportunidades para os países que possuem elites compromissadas com os seus projetos nacionais. China e Rússia, em nossa concepção, se encaixam nessa perspectiva de criação e consolidação de um mundo multipolar. Finalizando, o que propusemos aqui foi mais uma (re) leitura da realidade das relações internacionais fora da perspectiva tradicional. Esperamos que o leitor a partir de agora tenha um novo olhar sobre os fatos para analisar a realidade.

Notas

1. PENNAFORTE, Charles. **Movimentos antissistêmicos na América Latina: o caso venezuelano**. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2013.
2. “O capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. [...] Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a autoexpansão. [...]” WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.13.
3. Zbigniew Brzezinski, ex-conselheiro de Segurança Nacional do Governo Jimmy Carter, por exemplo, em seu livro **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power** analisa o declínio econômico e geopolítico.
4. WALLERSTEIN, Immanuel. The itinerary of world-systems analysis or how to resist becoming a theory. apud ROJAS, Carlos Antonio. Immanuel Wallerstein y la Perspectiva Crítica del “Análisis de los Sistema-Mundo”. **Textos de Economia**. Florianópolis: v. 10, n. 2, p. 14, jul./dez. 2007.
5. Mais à frente faremos uma discussão mais detalhada sobre a questão da “hegemonia” dos EUA.
6. ARRIGHI, Giovanni. As três hegemonias do capitalismo Histórico. In: GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 227. As reflexões de Gramsci foram elaboradas para a realidade italiana. Contudo, trabalhos importantes foram feitos procurando transpor essas análises para o sistema internacional. Além de Arrighi, temos Robert W. Cox (2007), Mark Rupert (2007).
7. “Hegemony is thus something more and different than dominations pure and simple; it is the *additional* power that accrues to a dominate group by virtue of its capacity to lead society in a direction that not only

serves the dominant group's interests, but is also perceived by subordinate groups as serving a more general interest, it is the inverse of the notion of 'power deflation' used by Talcott Parsons to designate situations in which governmental control cannot be exercised except through the widespread use or threat of force. If subordinate groups have confidence in their rulers systems of domination can be governed without resorting to force. But if that confidence wanes, they cannot. By analogy, Gramsci's notion of hegemony may be said to consist of the 'power inflation' that ensues from the capacity of dominant groups to present with credibility their rule as serving not just their interests, but those of subordinate groups as well. When such credibility is lacking, we shall speak of 'dominance without hegemony'. [...] when we speak of leadership in an international context, the term is used to designate two quite different phenomena. On the one hand, the term is used to designate the fact that by virtue of its achievements, a dominant state becomes the 'model' for others states to emulate and thereby draws them onto its path of development." ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, pp. 26-27.

8. ARRIGHI, Giovanni. **As três hegemonias do capitalismo histórico**. In: GILL, op. cit., p. 228.

9. GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. 3.

10. "No movimento rumo à hegemonia e à criação de um bloco histórico, Gramsci distinguia três níveis de consciência: o econômico-corporativo, no qual determinado grupo tem conhecimento de seus interesses específicos; a solidariedade ou consciência de classe que se estende a toda uma classe social, mas continua num nível puramente econômico; e o hegemônico, que harmoniza os interesses da classe dirigente com os das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses numa ideologia expressa em termos universais." (GRAMSCI, 1971, pp. 180-195) apud COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. In: GILL, op. cit., p. 112.

11. ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Unesp, 1996, p. 27.

12. COX, op. cit., p. 111.

13. Doutrina política básica do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (1805-881). O revolucionário defendia uma elite relativamente pequena, centralizada e hierárquica, que realizasse uma insurreição para substituir o poder de Estado capitalista pela sua própria ditadura revolucionária.

14. COX, op. cit., p. 107.

15. Da Escola dos Annales, “[...] Wallerstein got from Braudel’s his insistence on the long term (*la longue durée*). [...] The impact of the Annales is at the general methodological level.” De Marx, “Wallerstein learned that (1) the fundamental reality is social conflict among materially based human groups, (2) the concern with a relevant totality, (3) the transitory nature of social forms and theories about them, (4) the centrality of the accumulation process and competitive class struggles that result from it, (5) a dialectical sense of motion through conflict and contradiction”. [...] Wallerstein “draws heavily from dependency theory, a neo-Marxist explanation of development processes, popular in the developing world [...]. Dependency theory focuses on understanding the ‘periphery’ by looking at core-periphery relations [...]”. VELA, Carlos A. Martinez. **World Systems Theory**. ESD. 83 Fall 2001, p. 3.

16. VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. In: **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 110, jan. de 2007. ISSN: 2175-8085. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1853>. Acesso em: 25/09/2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>.

17. Ibidem, p. 111.

18. HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

19. Ibidem, pp. 26-27.

20. Ibidem, p. 26.

21. “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. As indústrias ao longo do tempo perderam sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos.

Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tomam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, pp. 3-4. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273. Acesso em: 16/09/2020.

22. “The thesis that globalization disempowers states has also been challenged by critics who focus on the longer-term aspects of the phenomenon and see much *déjà vu* in the alleged novelties of recent changes in the state-capital relations. Wallerstein has gone as far as to argue that the basic relationship between states and capital has remained the same throughout capitalist history, with ‘transnational corporations... Maintaining today the same structural stance vis-à-vis states as did all their global predecessors, from the Fuggers to the Dutch East India Company to nineteenth-century Manchester manufacturers’ (Wallerstein, 1995c, 24-25). More common is the contention that the transformations that go under the rubric of ‘globalization’ originate in the nineteenth century. ‘If the

theorists of globalization mean that we have an economy in which each part of the world is linked by markets sharing close to real-time information', claim Paul Hirst and Grahame Thompson, 'then that began not in the 1970s but in the 1870' (1996, 9-10)." HARDT; NEGRI, op. cit., p. 31.

23. ARRIGHI; SILVER, op. cit., p. 8.

24. "[...] uma noção de direito, ou melhor, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos." HARDT; NEGRI, op. cit., p. 27.

25. Os livros *O Longo Século XX*, *Chaos and Governance in the Modern World System* (em coautoria com Beverly Silver) e *Adam Smith em Pequim*. Em conjunto, formam sua trilogia sobre o capitalismo em perspectiva histórico-mundial e estão entre as principais obras da Análise dos Sistemas-Mundo.

26. Um ciclo de Kondratieff teria um período de duração determinada (de 40 a 60 anos), que corresponderia aproximadamente ao retorno de um mesmo fenômeno. Apresenta duas fases distintas: uma fase ascendente (*fase A*) e uma fase descendente (*fase B*). Essas flutuações de longo prazo seriam características da economia capitalista.

A primeira referência do economista russo Nikolai Kondratieff aos ciclos prolongados ocorreu em seu livro *A economia mundial e sua conjuntura durante e depois da guerra* (1922). Para ele a natureza particularmente aguda da crise do pós-guerra se explica assim, mediante ao fato de que marcava um ponto de mudança no ciclo prolongado e o começo de sua fase descendente. Em 1926, Kondratieff apresentou, na sua obra "*As ondas longas da conjuntura*", a hipótese da existência de ciclos longos. Kondratieff fez sua base na análise de séries cronológicas de preços no atacado, de 1790 a 1920, das potências capitalistas do período: Estados Unidos, da França e do Reino Unido.

Partindo de curvas empíricas, Kondratieff elaborou curvas teóricas que, a seu ver, mostravam tendências seculares. Considerou ter encontrado dois ciclos longos e meio entre 1780 e 1920, iniciando a fase descendente do terceiro ciclo. Segundo Kondratieff, a base dos ciclos longos é o desgaste, a reposição e o incremento do fundo de bens de capi-

tal básicos, cuja produção exigiria investimentos enormes. A reposição e o incremento desse fundo não seria um processo contínuo e correria por saltos. Os ciclos econômicos ocorreriam a partir destes fatos.

27. “O aspecto principal do perfil temporal do capitalismo histórico aqui esquematizado é a estrutura semelhante de todos os séculos longos. Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de S_{n-1} a T_{n-1}), no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que vai de T_{n-1} a S_n), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de S_n a T_n), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo T_n) o novo regime dominante.” ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Unesp, 1996, pp. 219-220.

28. Ibidem, p. 111.

29. Ibidem, p. 112.

30. Ibidem, pp. 129-130.

31. No ciclo holandês a sua supremacia comercial baseava-se em uma lógica capitalista de poder (representada pela fórmula $D-T-D'$), enquanto a supremacia comercial posterior, a inglesa que se inicia no início do século XVIII, baseou-se em uma síntese harmônica entre a lógica territorialista de poder ($T-D-T'$) e a capitalista ($D-T-D'$). Essa síntese foi o fator fundamental para o regime inglês ter alcançado um ciclo sistêmico de acumulação muito mais avançado do que o holandês. O ciclo britânico caracterizou-se por processo contínuo de expansão, reestruturação e reorganização financeira da economia mundial capitalista. Os períodos de expansão financeira foram momentos em que aumentam as pressões competitivas tanto sobre os governos quanto nas empresas e comér-

cio. Essas pressões favoreceram à expansão industrial inglesa, que se manteve na supremacia econômica mundial até o início do século XX. Ibidem, p. 204.

32. WALLERSTEIN, Immanuel. Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 49.

33. A Teoria da Dependência é uma formulação teórica originada nos anos 1950/1960, baseada em uma leitura crítica e marxista não dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial.

34. “World-economies then are divided into core-states and peripheral areas. [...] There are also semiperipheral areas which are in between the core and periphery on a series of dimensions, such as the complexity of economic activities, strength of machinery, cultural integrity, etc. some of these areas had been core-areas of earlier versions of a given world-economy. Some had been peripheral areas that were later promoted, so to speak, as result of the changing geopolitics of an expanding world-economy.

The semiperiphery, however, is not an artifice of statistical cutting points, nor is it as residual category. The semiperiphery is a structural element in a world-economy. These areas play a role parallel to that played *mutatis mutandis*, by middle trading groups in an empire.” WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** California: University of California Press, 2011 (1974), p. 349.

35. O Estado de bem-estar social (*Welfare State*) ganhou força após a Segunda Guerra Mundial quando as forças políticas europeias aceitaram o papel do Estado como importante agente de proteção e promoção social e econômica.

36. LEBORGNE, Danièle; LIPIETZ, Alain. “Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: Os Desafios das Novas Tecnologias e da Competição Mundial”. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (Coord.). **Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios**, Rio de

Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 22.

37. “[...] [na] rigidez dos investimentos de capital fixo de longa escala em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. [...] A rigidez dos compromissos do estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam a pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável.” HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, pp. 135-136.

38. “A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da estagnação (estagnação da produção de bens e alta de inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da paisagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.” HARVEY, op. cit.

39. TAVARES, Hermes M. Complexos de Alta Tecnologia e Reestruturação do Espaço. In: **Caderno IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, V, VII, 1, 1993, p. 41.

40. HARVEY, op. cit., p. 140.

41. LEBORGNE; LIPIETZ, op. cit., p. 25.

42. BODDY, Martin. Reestruturação Industrial, Pós-Fordismo e Novos Espaços Industriais. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE,

Edmond (Coord.). **Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios**, Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990, p. 46.

43. TAVARES, op. cit.

44. Ver HARVEY, op. cit., p. 143.

45. Ver LEBORGNE; LIPIETZ, op. cit., p. 26.

46. Ao mesmo tempo, o Japão, que entrou em rápido crescimento econômico a partir de 1960, alcançou a posição de segunda economia capitalista e a terceira do mundo, atrás da então URSS no início dos anos 1980. Com destaque para o setor de alta tecnologia e produção de manufaturados, os japoneses tornaram-se grandes concorrentes dos EUA.

47. Disputa entre as alas reformista e conservadora do Partido Comunista. Deng Xiaoping é um dos principais expoentes reformistas. Para conter tal influência, os conservadores provocam o retrocesso político e econômico, fechando o país para o contato externo e perseguindo os reformistas. A chamada Revolução Cultural (1966-1976) chega ao fim com a morte de Mao Zedong em 1976.

48. O Conflito Sino-Soviético tem como pano de fundo as divergências ideológicas em torno do modelo de comunismo que deveria ser seguido e expandido pelo mundo. O “voluntarismo” chinês era criticado pelo Kremlin e a ausência de “ações para a construção do comunismo em escala global” pelos soviéticos não era aceito pelos dirigentes em Pequim. Sendo assim, em 1969, os dois países entraram em atrito militar por uma ilha no rio Ussuri chamada de Damansky pelos soviéticos e Zhenbao pelos chineses, uma região fronteiriça. Com a alegação de que haviam sido atacadas inicialmente, as duas nações entraram em conflito bélico, o que ocasionou a morte (dados extraoficiais) entre 100-600 chineses e 58 soviéticos. Em 21/02/1972 o então presidente dos EUA Richard Nixon foi recebido pelo líder chinês Mao Zedong, tornando-se o primeiro líder estadunidense a visitar a República Popular da China. O fato ganhou grande destaque internacional dentro do contexto da Guerra Fria. As relações entre os dois países, a partir de então, sofreram um grande desenvolvimento.

49. Federal Reserve Bank of Atlanta. **EconSouth (2011)**. Disponível em: <https://www.frbatlanta.org/-/media/documents/regional-economy/econsouth/11q2tradeportuguese.pdf>. Acesso em: 02/09/2020.

50. Ibidem.

51. BRASIL perde espaço no mercado mundial. **Agência CNI de Notícias**. 16/01/2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/brasil-perde-espaco-no-mercado-mundial/>. Acesso em: 02/09/2020.

52. PRESSE, France. China registra menor crescimento econômico em 26 anos. **Correio Braziliense**. 20/01/2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/01/20/internas_economia,566850/china-registra-menor-crescimento-economico-em-26-anos.shtml. Acesso em 02/09/2020.

53. Mesmo no século XX, os EUA não foram protagonistas isolados no planeta. A própria ideia de uma hegemonia estadunidense não resiste a uma revisão histórica dos fatos. Aliás, Joseph F. Nye Jr., no artigo *Is the American century Over?* (2015), aborda tal questão e o que parece ser correto para designar o período é o termo *primazia* ou *proeminência*. Optamos pelo termo *primazia* face à realidade geopolítica verificada. “As we have seen, the term ‘hegemony’ is too imprecise a concept to be useful in defining ‘the American century’. Sometimes it means having a preponderance of power resources, sometimes the behavior of setting the rules for others, and sometimes getting the outcomes one prefers. Because of this ambiguity, we cannot date when it begins or ends. Noam Chomsky even argues that the ‘loss of China’ was the first major step in ‘America’s decline’, or about the time that many others see ascendance. If there ever was a U.S. hegemony, it would have been from 1945, when the United States had nearly half the world economy as a result of World War II, to 1970, when the U.S. share of world product declined to its pre war level of a quarter of world product. Yet during this period, the United States often failed to get what it wanted – witness Soviet acquisition of nuclear weapons; communist takeover of China and half of Vietnam, stalemate in the Korean War, Soviet suppression of the revolts in Hungary and Czechoslovakia, Fidel Castro’s control of Cuba, and so

forth. Thus, instead of ‘hegemony’, I prefer to use the terms ‘primacy’ or ‘preeminence’ in terms of a country’s disproportionate (and measurable) share of all three types of power resources.” NYE, Joseph. *Is the American century Over?* **Political Science Quarterly**, v. 130, n. 3, 2015.

54. ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Unesp, 1996, p. 29.

55. WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004, p. 25.

56. Revolta popular espontânea contra as políticas econômicas impostas pelo governo da República Popular da Hungria e pela União Soviética. O movimento durou de 23/10 a 10/11 de 1956. A revolta teve início por meio de uma manifestação estudantil que levou milhares de pessoas até o parlamento húngaro no centro de Budapeste. As notícias espalharam-se rapidamente e a desordem e violência erupcionaram por toda a capital, provocando a queda do governo. Um novo governo foi formado, presos políticos foram libertados, ao mesmo tempo em que pessoas ligadas ao governo anterior eram executadas. Em 04/11/1956 tropas soviéticas invadiram o país entrando em choque com os revoltosos. Mais de 3.000 soviéticos e húngaros foram mortos durante o levante. Uma onda de repressão política seguiu-se ao fim do conflito e qualquer tipo de oposição política na Hungria foi suprimida.

57. Sob o comando do reformista eslovaco Alexander Dubček, a Tchecoslováquia tentou fazer uma liberalização política e econômica contrariando os preceitos defendidos pela URSS que controlava toda a Europa Oriental. A tentativa de flexibilização do regime durou entre 05/01/1968 e 21/08/1968 quando as tropas da URSS e do Pacto de Varsóvia invadiram o país.

58. Segundo Wallerstein, “Géoculture [...] ce terme, crée par analogie avec celui de géopolitique, désigne des normes et des pratiques discursives largement reconnues comme légitimes au sein d’un système-monde. Dans ce livre, nous expliquons qu’une géoculture n’apparaît pas automatiquement avec l’émergence d’un système-monde, mais qu’elle doit être créée.” WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendre le Monde**. Paris: La Découverte, 2006, p. 150.

59. DUFFIN, Erin. Estimated number of homeless people in the United States from 2007 to 2019. **Statista**. 13.01.2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/555795/estimated-number-of-homeless-people-in-the-us>. Acesso em: 23/04/2020.

60. AAA: Capacidade extremamente forte para honrar compromissos financeiros. Rating mais alto; **AA:** Capacidade muito forte para honrar compromissos financeiros; **A:** Forte capacidade para honrar compromissos financeiros, porém é de alguma forma suscetível a condições econômicas adversas e a mudanças circunstanciais; **BBB:** Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros, porém mais sujeito a condições econômicas adversas; **BBB-:** Considerado o nível mais baixo da categoria de grau de investimento pelos participantes do mercado; **BB+:** Considerado o nível mais alto da categoria de grau especulativo pelos participantes do mercado; **BB:** Menos vulnerável no curto prazo, porém enfrenta atualmente grande suscetibilidade a condições adversas de negócios, financeiras e econômicas; **B:** Mais vulnerável a condições adversas de negócios, financeiras e econômicas, porém atualmente apresenta capacidade para honrar compromissos financeiros; **CCC:** Atualmente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios, financeiras e econômicas para honrar seus compromissos financeiros; **CC:** Atualmente fortemente vulnerável; **C:** Um pedido de falência foi registrado ou ação similar impetrada, porém os pagamentos das obrigações financeiras continuam sendo realizados; **D:** Inadimplente em seus compromissos financeiros. NEHMI, Ulisses. O que significa o rebaixamento dos títulos americanos? **Blog do Investidor**. 24/08/2016. Disponível em: <http://www.blogdoinvestidor.com.br/economia/o-que-significa-o-rebaixamento-dos-titulos-americanos>. Acesso em: 17/09/2020.

61. WALLERSTEIN, Immanuel. Vinte anos para mudar o mundo. **Outras Palavras**. 17/08/2011. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/08/17/vinte-anos-para-mudar-o-mundo>. Acesso em: 20/08/2020.

62. WALLERSTEIN, Immanuel. O Declínio do Poder Americano. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004, p. 266.

63. ARRIGHI, Giovani; HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Antisystemic movements**. New York: Verso, 1989.

64. “First, opposition to oppression has been a Constant of the modern world-system. Nevertheless, before the middle of the nineteenth century this opposition was short-term and ‘spontaneous’, and as such largely ineffectual at the level of the system. This innovation had important repercussions on the dynamic of the world capitalist system.” Ibidem, pp. 29-30.

65. Ibidem.

66. “(a) a reduced capacity of First and Second World states to police the Third World; (b) a reduced capacity of dominant status groups in core countries (older generations, males, ‘majorities’) to exploit/ exclude subordinate status groups (younger generations, females, ‘minorities’); (c) a reduced capacity of managerial strata to enforce labor discipline in the workplace and associated global search for ‘safe heavens’ of 3 such discipline; (d) a reduced capacity of states to control their respective civil society and associated crisis of ‘bourgeois’ [...]” Ibidem, pp. 103-106.

67. Ibidem.

68. Ibidem.

69. WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004, p. 271.

70. Doutrina baseada no pensamento do líder da Revolução Chinesa Mao Zedong (1893-1976).

71. Verdes, ambientalistas, feministas, minorias raciais e étnicas. Ibidem, p. 272.

72. CARVALHO, Giane Alves. Os movimentos antissistêmicos: conjuntura de lutas ou impasses políticos ideológicos? In: **Mediações**. UFSC, v. 13, p. 216, jan./jun. e jul./dez. 2008.

73. WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004, p. 276.

74. apud CARVALHO, Giane Alves, op. cit.

75. Ibidem, p. 216.

76. “Las relaciones entre Estados Unidos y América Latina estuvieron determinadas por la Doctrina Monroe durante unos 150 años. La relación durante este largo periodo, que incluye la mayoría del siglo XIX hasta 1970, se basó en la asunción de que Estados Unidos era el primordial socio de América Latina, acaso el único relevante, y, por tanto, las negociaciones debían fundarse con base en los intereses norteamericanos.” TORRIJOS R., Vicente. Nuevas perspectivas en las relaciones internacionales entre Estados Unidos y América Latina. In: **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. Colombia, Universidad Militar Nueva Granada, v. 4, n.1, enero/ junio, 2009, p. 18.

77. SANTOS, Marcelo. **O Poder Norte-Americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria**. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2007, pp. 19-20.

78. SANTOS, op. cit., p. 28.

79. O governo Ronald Reagan (1981-1989) atuou de maneira decisiva contra os governos e movimentos esquerdistas na América Central durante o seu mandato. Em termos globais acentuou a corrida armamentista com o objetivo de enfraquecer o comunismo, segundo ele, o “Império do Mal”.

80. “Algunos sugieren que estados Unidos se olvidó de América Latina, lo cual no tiene mucho asidero ni en tiempos pretéritos ni en lo que respecta a las administraciones desde Bill Clinton hasta Barack Obama. Lo que sucede, en consecuencia con el planteamiento del Consejo de Relaciones Internacionales Exteriores, es que los pilares de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina no se han adaptado a las nuevas realidades, al punto de permitir el surgimiento de un sentimiento anti-americano que no tenía precedente en la región.” TORRIJOS R., op. cit., p. 18.

81. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

82. Ibidem, p. 328.

83. Ibidem, pp. 328-329.

84. Ibidem, p. 329. Segundo Gramsci, “O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre falou de um ‘partido piemontês’); com particularidade de que se tratava de um Estado, com um exército, diplomacia, etc.”

85. PENNAFORTE, op. cit.

86. GRAMSCI, op. cit., pp. 321-322.

87. “O impasse resultante com as classes sociais tradicionalmente dominantes criou as condições do que Gramsci chamou de ‘revolução passiva’: a introdução de mudanças que não envolveram nenhuma sublevação de forças populares.” COX, op. cit., p. 108.

88. “De acordo com a análise gramsciana, um exemplo típico de revolução passiva é o cesarismo: um forte intervém para resolver o impasse entre forças sociais equivalentes e opostas. Gramsci admitia a existência tanto de formas progressistas quanto reacionárias de cesarismo: progressistas, quando o governo forte preside um processo mais ordenado de criação de um novo estado; reacionárias, quando estabiliza o poder existente. Napoleão I foi um caso de cesarismo progressista, mas Napoleão III – o exemplo clássico de cesarismo reacionário – era mais representativo do tipo com maior probabilidade de surgir no decorrer de uma revolução passiva.

Além do cesarismo, a segunda característica mais importante da revolução passiva da Itália é o que Gramsci chamou de *transformismo*, exemplificado na política italiana por Giovanni Giolitti, que procurou fazer uma coalizão de interesses mais ampla possível e que dominou a cena política nos anos que precederam o fascismo. [...] Ibidem, p. 109.

89. “En el siglo XXI, se asoma el fantasma del totalitarismo, presuntamente erradicado tras la derrota de la Alemania Nazi y la caída de la

Rússia soviética, em a figura do líder populista que promete bienestar generalizado, justicia y equidad. El mundo de pos-guerra fría es un mundo en el que la democracia se encuentra amenazada.” TORRIJOS R., op. cit., p. 17.

Inúmeros jornais latino-americanos colocaram Hugo Chávez como um “ditador”, “déspota” etc. A imprensa estadunidense seguiu a mesma lógica, contudo mais “radical” ao retratar o presidente venezuelano como um “usuário de drogas” e “narcotraficante” sem, contudo, apresentar provas. O documentário *Ao Sul da Fronteira*, de Oliver Stone (2009), fez um resumo interessante das notícias disseminadas nos EUA pela “grande mídia” sobre Hugo Chávez. Outra análise sempre desfavorável ao líder venezuelano foi de Norman Gall, diretor executivo do Instituto Fernand Braudel.

90. MÉNDEZ, Carlos Romero. Las relaciones de seguridad entre Venezuela y Estados Unidos: la dimensión global. In: **Venezuela en el contexto de la seguridad regional**. Caracas, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales - ILDIS, 2007, p. 19. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05549.pdf>. Acesso em: 17/09/2020.

91. O Pacto de Punto Fijo foi estabelecido em 31 de outubro de 1958 pelos partidos que se opuseram ao golpe militar: Ação Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e União Republicana Democrática (URD). O Partido Comunista da Venezuela (PCV) não adere ao acordo. No pacto ficou estabelecida a governabilidade e a alternância no poder, principalmente entre AD e COPEI.

92. SARAIVA, Miriam Gomes; BRICEÑO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 52, n. 1, pp. 149-166, junho de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/09/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000100008>.

93. VISENTINI, Paulo. A política externa da Venezuela. In: **Venezuela – Visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003, p. 58.

94. Ibidem.

95. “[...] [a] conversão da política externa em instrumento básico de busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com países hegemônicos, em particular os EUA, e a formação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha).” FRANKLIN, Cleber Batalha. **Segurança e defesa nas relações entre o Brasil e a Venezuela**. Caxambu: 30º Encontro Anual ANPOCS, 2006, p. 22.

96. GRATIUS, Susanne; FÜRTIG, Henner. **Iran and Venezuela: bilateral alliance and global power projections**, Fride. Comment, April 2009.

97. Associação de países do Terceiro Mundo surgida anos 1950 com o objetivo de manter uma posição de neutralidade frente ao embate geopolítico e ideológico entre URSS e EUA.

98. VISENTINI, op. cit., p. 57.

99. ROMERO, Carlos A. **La política exterior de la Venezuela Boli-variana**. Working paper nº 4, julio de 2010. Disponível em: <http://plataforma-democratica.org/archivos/la%20politica%20exterior%20de%20la%20venezuela%20bolivariana.pdf>. Acesso em: 17/09/2020.

100. Ibidem, p. 2.

101. Ibidem.

102. SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, op. cit.

103. Mencionamos os assassinatos, tentativas de assassinatos, conspirações, apoio a grupos de desestabilização de regimes democraticamente eleitos, torturas etc.

104. ROMERO, op. cit., p. 4.

105. Um exemplo da proposta de diminuir a influência ideológica da tradicional mídia internacional baseada nos EUA, por exemplo, e oferecer informações a partir dos países do continente. Para isso, foi criada em 24 de julho de 2005, o canal de TV TELESUR (La Nueva Televisora del Sur) por meio de uma ideia inicial do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Além da Venezuela, os países fundadores da emissora foram a Argentina, Cuba e Uruguai. Juntaram-se posteriormente a Bolívia (2006), o Equador e a Nicarágua (2007). Sob o slogan “Nosso Norte e o Sul”, é possível ter a ideia da proposta da emissora na contraideologia aos canais sediados nos países centrais, especificamente nos EUA. Em 2016, com a eleição de Mauricio Macri, a Argentina deixou a sociedade do canal.

106. “Desde un punto de vista mundial, el presidente Chávez se ha convertido en una especie de «*enfant terrible*» que ha venido tejiendo una diplomacia hiperactiva. Sus querellas con Estados Unidos, su acercamiento al régimen cubano y otros gobiernos vistos con reservas por Estados Unidos, la promoción de la OPEP, su clamor por un mundo multipolar, su creencia en la soberanía nacional absoluta y su apoyo a la revolución continental despiertan muchas simpatías en sectores sociales e intelectuales de América Latina.” MÉNDEZ, op. cit., p. 12.

107. NICOLÁS Maduro: “Hay que ir hacia una transformación profunda de toda la cancillería”. **Aporrea**. 26/09/2006. Disponível em: <https://www.aporrea.org/venezuelaexterior/n84175.html>. Acesso em: 26/08/2020.

108. Deve ser mencionado que grande parte dos equipamentos das Forças Armadas venezuelanas são obsoletas e respondem às necessidades sequer de defesa do país. Inevitavelmente, cedo ou tarde, deveria ocorrer uma renovação de parte desses equipamentos.

109. ALBERNAZ, Bia et al. O aumento dos gastos militares da Venezuela: realismo ofensivo e defensivo. In: **Intellector**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), v. VII (1), n. 13, p. 103, jul./dez. 2010.

110. “[...] o plano de Chávez de gastar US\$ 60 bilhões em armas, transformando a Venezuela numa potência militar, é uma ameaça ao continente. Ele disse que ficará no governo até 2031 (não estarei mais por aqui) e se mostra ‘integracionista’. Mas quem pode saber se um presidente da Venezuela não achará que deve ocupar a Amazônia para evitar sua internacionalização?

Com os novos equipamentos — 14 caças Su-25, 600 mil bombas guiadas por GPS, estações de radar ultrassofisticadas tridimensionais JYL da China e, em aquisição, 138 navios, dez a 15 submarinos e 150 supersônicos —, nossa soberania vira pó. Ninguém imaginou que isso pudesse ocorrer no continente sul-americano.

Para que tudo isso? Para enfrentar os Estados Unidos? Ora, para a superpotência isso não vale nada, mas para nós é uma força de fazer tremer. De duas uma: ou o Brasil entra na corrida armamentista para assegurar sua defesa, retirando o escasso dinheiro de seu Orçamento que está servindo para nossos programas sociais, ou então, para sobreviver, tem de acobertar-se no guarda-chuva da OTAN, tragicamente fazendo voltar a tese de Menem, como única forma de defender-se. Menem era contra o Brasil, agora seremos todos unidos para nos defendermos da ‘nova potência militar’ que dominará a América do Sul.” SARNEY, José. Luz Vermelha. **Folha de S. Paulo**. 14/07/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1407200606.htm>. Acesso em: 17/09/2020.

111. RÚSSIA e Venezuela realizarão exercícios militares conjuntos. **O Globo**. 10/12/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/russia-venezuela-realizarao-exercicios-militares-conjuntos-23295007>. Acesso em: 16/09/2020.

112. COM tropas, aviões militares russos pousam na Venezuela. **Folha de S. Paulo**. 24/03/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/com-tropas-avioes-militares-russos-pousam-na-venezuela.shtml>. Acesso em: 16/09/2020.

113. GUIMARÃES, Marina. Venezuela volta a comprar títulos da Argentina. **Estadão**. 23/11/2007. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,venezuela-volta-a-comprar-titulos-da-argentina,84646,0.htm>. Acesso em: 28/08/2020.

114. Ibidem.

115. CRISTINA Kirchner agradece a Venezuela por compra de títulos da dívida. **Uol Notícias**. 22/01/2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/ansa/2009/01/22/ult6817u1400.htm>. Acesso em: 28/08/2020.

116. Ibidem.

117. Ibidem.

118. Ibidem.

119. Ver PENNAFORTE, Charles; OLIVEIRA, Fabiana. Sistema-mundo e movimentos antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-Chávez. In: **Brazilian Journal of International Relations**. Edição v. 8, n. 1 (2019). Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8913>. Acesso em: 16/09/2020.

120. VISENTINI, op. cit., p.155.

121. “A inclusão da África do Sul foi notável por três motivos. Primeiro, porque enfraqueceu a importância do aspecto civilizacional na política internacional - afinal, o BRICS tem como origem, para usar as definições de Samuel Huntington, cinco civilizações distintas. É com respeito a isso que o BRICS diverge mais radicalmente das alianças comuns da política internacional.” STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 82.

122. “The world-system’s structural crisis is moving too fast, and in too many uncertain ways, to assume sufficient relative stability to allow the BRICS as such to continue to play a special role, either geopolitically or economically. Like globalization itself as a concept, the BRICS may turn out to be a passing phenomenon.” WALLERSTEIN, Immanuel. **“Whose Interests are Served by the BRICS?”**. 2013, p. 1. Disponível em: <https://www.iwallerstein.com/interests-served-brics>. 01/05/2013. Acesso em: 17/09/2020.

123. PAMPLONA, Nicola. Na comemoração de seus dez anos, Brics miram os EUA em cúpula. **Folha de S. Paulo**. 25/07/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/de-olho-em-trump-china-e-africa-do-sul-pedem-cooperacao-comercial-dos-brics.shtml>. Acesso em: 17/09/2020.

124. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no pro-

jeto do BRICS. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2143, julho de 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702133&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17/09/2020.

125. STUENKEL, op. cit.

126. PIRES, Hindenburgo Francisco. Globalização e integração financeira e tecnológica entre os países emergentes: o novo banco de desenvolvimento do BRICS. **Revista Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 27, pp. 283-292, 2015. DOI: 10.12957/geouerj.2015.18952.

127. STUENKEL, op. cit.

Referências

ALBERNAZ, Bia et al. O aumento dos gastos militares da Venezuela: realismo ofensivo e defensivo. In: **Intellector**. Rio de Janeiro, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), v. VII(1), n. 13, pp. 100-131, jul./dez. 2010.

ALMADA, Izaías. **Venezuela: o povo e as Forças Armadas**. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.

ALMENDRA, Carlos Cesar. **Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c4.pdf>. Acesso em: 20/05/2009.

AMIN, Samir. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Vértice, 1987.

ANDREANI, Fabrice. Las vías enmarañadas del autoritarismo bolivariano. **Nueva Sociedad**. Democracia e Política en América Latina, n. 44-58, marzo/abril de 2018. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/las-vias-enmaranadas-del-autoritarismo-bolivariano>. Acesso em: 15/05/2018.

ARBIX, Glauco. Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento. In: **Tempo Social/Rev. Sociol. USP**. São Paulo, 14 (1), pp. 1-17, maio de 2002.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. In: **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 28, n. 1, pp. 99-126, julho de 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e Movimentos Antissistêmicos. In: **Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia** (Vol. 1). São Paulo: Ed. Loyola, 2003, pp. 107-121.

ARRIGHI, Giovanni. **Hegemony and antisystemic movements**. Rio de Janeiro, Seminar International REGGEN 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Antisystemic movements**. New York: Verso, 1989.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **Formação do império americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROS, Pedro Silva. **Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana**. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_7.pdf. Acesso em: 30/11/2011.

BOTTA, Paulo. Irán em América Latina: desde Venezuela hacia Brasil. In: **Ágora Internacional**, v. 4, n. 9, pp. 43-47. Disponível em: <http://www.noticiasdeiran.com>. Acesso em: 17/06/2011.

BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Éditions Flammarion, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization matérielle, économie et capitalisme – 1. Le structures du quotidien**. Paris: Armand Colin, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization matérielle, économie et capitalisme –**

2. Les jeux de l'échange. Paris: Armand Colin, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization matérielle, économie et capitalisme – 3. Le temps du monde.** Paris: Armand Colin, 1979.

BRUCE, Ian. **The real Venezuela: making socialism in the 21st century.** London: Pluto Press, 2008.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power.** New York: Basic Books, 2012

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2^a ed., 1990.

BUENO, Juliana Gutiérrez. Venezuela en el camino hacia el socialismo del siglo XXI. In: **Centro de Estudios Sudamericanos/Departamento de América Latina y el Caribe.** La Plata, Universidad Nacional de La Plata/ Instituto de Relaciones Internacionales, 2008.

CARVALHO, Giane Alves de. Os movimentos antissistêmicos: conjuntura de lutas ou impasses políticos ideológicos? In: **Mediações.** UFSC, v. 13, p. 216, jan./jun. e jul./dez., 2008.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Editora Moderna, 1999.

CLAIRMONT, Frederic. F. **Venezuela: the nemeses of imperialism.** Malaysia: Citizens International, 2007.

DE LA ROSA, Francisco J. U. La Alianza Bolivariana para las Américas – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. **Estudios Políticos**, n. 25, pp.131-170, jan./abr. 2012.

ELLNER, Steve. Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” del movimiento de Hugo Chávez. In: **Cuaderno del Cendes.** Caracas, v. 23, n. 62, maio de 2006.

ELLNER, Steve. **Rethinking Venezuelan politics**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2008.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Country **Analysis Brief**: Venezuela. Disponível em: <https://www.connaissancedesenergies.org/sites/default/files/pdf-pt-vue/venezuela.pdf>. Acesso em: 25/06/2020.

GAMBOA, Laura. Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? **Relações Internacionais**, n. 52, pp. 55-66, dezembro de 2016.

GEHRE, Thiago. O retrato da Venezuela no século XXI: crise e desesperança. **Mundorama**, julho de 2017. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23790>. Acesso em: 30/04/2018.

GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GOLINGER, Eva. **Él código de Chávez**: descifrando la intervención de Estados Unidos em Venezuela. Caracas: Monte Ávila Editores latino-americanos, 2005.

GOTT, Richard. **À sombra do libertador**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere – 1926/1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere – 1931/1937**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos – 1910/1920**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos – 1921/1926**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2004.

GUIMARÃES, Samuel P.; CARDIM, Carlos H. **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

HARRIS, Jerry. **Bolivia and Venezuela: the democratic dialectic in new revolutionary movements**. Institute of Race Relations, Race & Class, Vol. 49(1). Disponível em: <http://rac.sagepub.com>. Acesso em: 15/09/2020. DOI: 10.1177/0306396807080064.

HAWKINS, Kirk A. **Venezuela's chavismo and populism in comparative perspective**. New York: Cambridge University Press, 2010.

JONES, Bart. **Hugo Chávez**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KATZ, Hagai. Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global. **Revista hispana para el análisis de redes sociales (REDES)**. v. 12, n. 2, junio 2007. Disponível em: http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol12/Vol12_2.pdf. Acesso em: 17/12/2011.

LEBOWITZ, Michel A. **As lutas na Venezuela pelo socialismo bolivariano**. Disponível em: <http://alainet.org/active/22554>(=es. Acesso em: 15/06/2011.

LENINE, Vladimir I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **V.I. Lenine, Obras Escolhidas (Vol. 1)**. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1986.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Avanços e limites do processo bolivariano**.

Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimprio/marianaoliveira.pdf>. Acesso em: 15/09/2009.

LOWENTHAL, Abraham. De la hegemonia regional a las relaciones bilaterales complejas: Estados Unidos y América Latina a principios del siglo XXI. Buenos Aires, **Revista Nueva Sociedad**, n. 206, nov./dec. 2006.

MACIEL, Natalia Regina. Reforma política e política externa na Venezuela: uma ameaça à segurança continental sob a ótica estadunidense. In: **Intelector**. Rio de Janeiro, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), v. III (2), n. 6, pp. 53-69, jan./jun. 2007.

MAYA, Margarita; LANDER, Luis E. Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006 ¿Hacia el Socialismo del Siglo XXI? Caracas, **Cuaderno del CENDES**, enero-abril, v. 24, n. 64, 2007.

MALDONADO FERMÍN, Alejandro. Instituciones clave, producción circulación de ideas (neo)liberales programas de ajuste estructural en Venezuela, 1989-1998. En publicacion: **Cultura y Neoliberalismo**. GRIMSON, Alejandro. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2007. ISBN: 978-987-1183-69-2. Disponible en: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_cult/Maldonado.pdf. Accedido en: 15/09/2020.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: EDUSP, 2004. Instituto americano CEPR, Washington.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Editora Fundação Preseu Abramo, 2004.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTINEZ, Carlos et al. **Venezuela Speaks!**. Oakland: PM Press, 2010.

MCBETH, B.S. **Juan Vicente Gomez and the oil companies in Venezuela – 1908-1935**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MÉNDEZ, Carlos Romero. Las relaciones de seguridad entre Venezuela y Estados Unidos: la dimensión global. In: **Venezuela en el contexto de la seguridad regional**. Caracas, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales - ILDIS, 2007. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05549.pdf>. Acesso em: 17/09/2020.

MONZÓN, Claudio Alberto Briceño. La política exterior de Venezuela em los tempos del Socialismo del Siglo XXI: entre la autonomia y la subordinación al capitalismo global. In: **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**. Mérida, v. 6, n. 12, jul./dec. 2011.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 2, junho de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17/09/2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200002>.

OEA (CIDH). **Institucionalidad democrática, Estado de derecho y derechos humanos em Venezuela – Informe de país**. Dez. 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>. Acesso em: 30/04/2018.

OLIVEIRA, Renata P. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pp. 24, 2010.

PARUOLO, Ana Luiza Meirelles et al. As transformações na Democracia Venezuelana de 1999 a 2010 e as eleições legislativas de setembro de 2010. Rio de Janeiro, **Boletim Tempo Presente**, UFRJ. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2704>. Acesso em: 17/09/2020.

PENNA FILHO, Pio. Hugo Chávez e a diplomacia venezuelana. **Meridiano**

47 - Journal of Global Studies, v. 8, n. 87, p. 10-11, 11. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2825>. Acesso em: 17/09/2020.

PENNAFORTE, Charles. **América Latina e o Neoliberalismo**: Argentina, Chile e México. Rio de Janeiro: E-Papers, 2001.

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo**: uma introdução ao pensamento de I. Wallerstein. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2011.

PENNAFORTE, Charles. **Movimientos antisistémicos en el sistema-mundo contemporáneo**: el caso venezolano. Tesis de doctorado. Universidad Nacional de La Plata, Instituto de Relaciones Internacionales, La Plata, Argentina, 2013.

PENNAFORTE, Charles. Venezuela: dificuldades e contradições para a atuação antissistêmica. **Cadernos PROLAM/USP**, [S.l.], v. 13, n. 24, pp. 125-136, dec. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/88785>. Acesso em: 01 may 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2014.88785>.

PENNAFORTE, Charles; OLIVEIRA, Fabiana. Sistema-mundo e movimentos antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-Chávez. **Brazilian Journal of International Relations**, UNESP, Edição v. 8, n. 1 (2019). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/8913>. ISSN: 2237-7743.

RATLIFF, William. China's Role in the World: Is China a Responsible Stakeholder? **Hoover Institution**, Stanford University. Disponível em: http://uscc.gov/sites/default/files/06_08_3_4_ratliff_william_statement.pdf. Acesso em: 29/11/2011.

REIS, Carlos Nelson dos; OLIVEIRA, Mara de; PINHEIRO, Lessi. A Pobreza na América Latina no pós-reformas estruturais: a permanência da iniquidade. In: **Observatorio de la Economía Latinoamericana**. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/erv/observ/y2007i8899e3d-0d188b2f8e95b7c3b3ae5cd5d04.html>. Acesso em: 17/09/2020.

RODRÍGUEZ, William E. La oposición venezolana: entre elecciones y desestabilización. **UH**, n. 283, jan./jun. 2017, pp.29-43.

ROMERO, Carlos A. **La política exterior de la Venezuela Boli-variana**. Working paper nº 4, julio de 2010. Disponível em: <http://plataforma-democratica.org/arquivos/la%20politica%20exterior%20de%20la%20venezuela%20bolivariana.pdf>. Acesso em: 17/09/2020.

ULLAN DE LA ROSA, Francisco Javier. La Alianza Bolivariana para las Américas-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALABA-TCP): análisis de um proyecto de integración regional latino-americana com uma fuerte dimensión altermundista. **Estud. polít. (Méx.)**, México, n. 25, p. 131-170, abr. 2012. Disponible en: http://scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16162012000100008&lng=es&nrm=iso. Accedido en: 25 sept. 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes; BRICEÑO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 52, n. 1, junho de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/09/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000100008>.

SCHILLER, Bem. The Axis of oil: China and Venezuela. **Open Democracy**. 02/03/2006. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/china_venezuela_3319jsp/. Acesso em: 16/09/2020.

SENHORAS, Elói Martins; GAMA NETO, Ricardo Borges. Petróleo como arma de poder: uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais. **Boletim Meridiano 47**, vol. 10, nº 105 (2009). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3612>. Acesso em: 17/09/2020.

SOUZA, Romina B. de Lucena; SOUZA, Nalia de J. Análise de indicadores econômicos e sociais da Venezuela, 1999/2008. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano XI, n. 20, julho de 2009.

STOESSEL, Soledad. Giro a la izquierda en la América Latina del siglo XXI.

Revisitando los debates académicos. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 39, p. 123-149, 2014.

STRAKA, Tomás. ¿Hasta siempre, Comandante? **Nueva Sociedad**. Marzo 2018. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/hasta-siempre-comandante-straka>. Acesso em: 17/09/2020.

SUTHERLAND, Manuel. Venezuela sin fondo... y sin alternativas. **Nueva Sociedad**. Diciembre 2017. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/venezuela-sin-fondo-y-sin-alternativas>. Acesso em: 17/09/2020.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. América Latina frente a Venezuela. **Nueva Sociedad**. Agosto 2017. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/america-latina-frente-venezuela>. Acesso em: 17/09/2020.

TORRIJOSR., Vicente. Nuevas perspectivas en las relaciones entre Estados Unidos y América Latina. In: **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. Colombia, Universidad Militar Nueva Granada, v. 4, n. 1, enero/junio, 2009, pp. 15-30.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo: Editora Globo, 2003.

VERA, Leonardo. ¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana? **Revista Nueva Sociedad**, n. 274, marzo-abril de 2018, pp. 83-96. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/5.TC_Vera_274.pdf. Acesso em: 17/09/2020.

VISENTINI, Paulo. A política externa da Venezuela. In: **Venezuela – Visões brasileiras**. Brasília, IPRI/FUNAG, 2003.

VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. In: **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jan. de 2007. ISSN: 2175-8085. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1853>. Acesso em: 25/09/2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalisme et économie-monde (1450-1640)**. Paris: Flammarion, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendre le monde**. Paris: La Découverte, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics, class politics, and the current world disorder**. Rio de Janeiro, Seminar International REGGEN 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the Age of Transition? A Long-Term View of the Trajectory of the World System. **International Sociology** F June 2000 F Vol 15(2): 251-267 SAGE (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi). Disponível em: <http://www.iwallerstein.com/wpcontent/uploads/docs/TRAJWS1.PDF>. Acesso em: 25/09/2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Le capitalisme historique**. Paris: Repères, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como concebemos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Curve of American Power**. Disponível em: <http://www.iwallerstein.com/wpcontent/uploads/docs/NLRCURVE.PDF>. Acesso em: 25/09/2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. California: University of California Press, 2011 (1974).

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750**. California: University of California Press, 2011(1974).

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s.** California: University of California Press, 2011(1974).

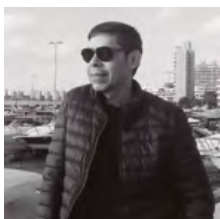
WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914.** California: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Universalismo europeu.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony.** Monthly Review, july-august 2000. Disponível em: <http://www.iwallerstein.com/wpcontent/uploads/docs/MR3.PDF>. Acesso em: 03/12/2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística ou as decisões históricas de século vinte e um.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

Sobre o autor



CHARLES PENNAFORTE

Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata/Argentina. Pós-doutor pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (RS).

Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul (GeoMercosul) e do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA) da Universidade Federal de Pelotas (RS).

Clique para conhecer
os grupos de pesquisa:

GEOMERCOSUL | **LABGRIMA**

Este livro foi composto nas tipografias
Heebo e Source Serif Pro.

RE LAÇÕES INT NACIONAL